

GRUPO MODELO CONTINENTE

**CONTAS
CONSOLIDADAS
IAS/IFRS**

Dezembro de 2006

MODELO CONTINENTE, SGPS, SA
SEDE: R. João Mendonça, 529 - 4464-501 SENHORA DA HORA
Matriculada na Conservatória Registo Comercial do Porto e NIF nº 501 532 927
Capital Social 1.100.000.000 Euros

DIRECÇÃO FINANCEIRA

Relatório de Gestão da Modelo Continente, SGPS, S.A.

Nos termos da Lei e dos Estatutos, apresentamos aos Senhores Accionistas o Relatório Único relativo à actividade da Modelo Continente, SGPS, S.A. ao longo do exercício de 2006.

Notas prévias

A Modelo Continente, SGPS, S.A. alienou no dia 13 de Dezembro de 2005 a totalidade da sua participação na sociedade de direito brasileiro Sonae Distribuição Brasil, S.A., cessando assim a sua actividade de retalho naquele país. Como tal, a leitura dos agregados contabilísticos consolidados surge prejudicada, não permitindo comparações directas com o ano anterior.

De forma a auxiliar a leitura e apreciação do desempenho da empresa, o texto que se segue reporta-se à actividade da Modelo Continente se tivesse centrado em 2005 no mercado português (à semelhança da situação actual).

Com a aquisição do domínio total da Modelo Continente SGPS, S.A., ao abrigo do regime previsto no número três do Artigo 490.º do Código das Sociedades Comerciais, pela Sonae SGPS, S.A. a Modelo Continente SGPS, S.A. perdeu a qualidade de sociedade aberta, estando excluída do mercado regulamentado Euronext Lisbon, desde o dia 22 de Setembro de 2006.

Enquadramento macroeconómico

No ano de 2006, a economia mundial manteve o forte ritmo de crescimento económico que caracterizou os últimos anos, tendo apresentado uma variação real ligeiramente superior a 5%. Este desempenho resultou de uma progressão económica de aproximadamente 7% nas economias em desenvolvimento e na ordem dos 3% nas economias desenvolvidas, sendo este último valor superior em 0,5 pontos percentuais ao registado em 2005.

Este forte ritmo de crescimento verificado na generalidade das economias mundiais é tanto mais notável se considerarmos que ocorreu num cenário de subida generalizada dos preços das matérias-primas, com destaque para o petróleo, mesmo que a inflação global se tenha mantido controlada, e de acréscimo das taxas de juro de referência, ainda que estas últimas se mantenham em patamares relativamente reduzidos.

A economia portuguesa continuou a não reflectir o bom momento vivido pela economia mundial. Em 2006, o Produto Interno Bruto (PIB) português cresceu, em termos reais, apenas 1,3%, mesmo assim acima do parco crescimento de 0,5% registado em 2005.

A ligeira recuperação da actividade económica do país foi, no entanto, ainda insuficiente para permitir o reinício do processo de convergência real em relação à área do euro, interrompido no início da década.

Ao longo de 2006 o quadro macroeconómico português manteve-se condicionado pelo crescimento real nulo da procura interna, fruto:

- de nova queda no investimento, resultado da incorporação de expectativas menos positivas dos agentes económicos nos exercícios anteriores;
- da desaceleração do consumo privado pois, num contexto de crescimento moderado do rendimento disponível e de agravamento do nível de endividamento das famílias, o aumento progressivo das taxas de juro limitou inevitavelmente o crescimento das despesas de consumo;
- do decréscimo do consumo público, decorrente da contenção da despesa pública ditada pelo esforço de consolidação orçamental do Estado.

Em 2006, o motor de crescimento económico residiu na evolução favorável do comércio externo, fruto de um acentuado crescimento das exportações que aumentou cerca de 8,8% em volume, em termos reais homólogos.

A ainda débil recuperação da economia portuguesa foi acompanhada por uma reanimação da generalidade dos índices de confiança, designadamente do indicador de sentimento económico, e pela estabilidade da taxa de desemprego. É de esperar a progressiva aceleração da actividade económica portuguesa embora, no imediato, tal possa não se traduzir em convergência real face à área do euro.

Principais dinâmicas de mercado

Nos últimos anos, o mercado de retalho português tem sido genericamente caracterizado por:

- crescimento notório da oferta, traduzido pela evolução da área de venda;
- diversificação dos formatos de comércio;
- aumento do nível de exigência do consumidor que contrasta com a relativa estagnação do poder de compra verificado no passado recente;
- progresso generalizado dos níveis de serviço disponibilizados pelos diferentes retalhistas, no contexto de crescente especialização da oferta.

De forma mais concreta, em 2006 e no que respeita ao retalho de base alimentar, o ano foi marcado pelo grande número de aberturas de novas unidades comerciais, resultado da alteração do regime de licenciamento comercial ocorrida em 2004. Nos 12 meses do ano, as principais insígnias de base alimentar inauguraram mais de 110.000 m² de área de venda, a que corresponde um crescimento de aproximadamente 7% da base de oferta instalada. Decorridos dois anos sobre a alteração do quadro regulamentar do sector, o crescimento da área de venda atingiu uns expressivos 14%, correspondentes a mais de 200.000 m².

A manutenção do forte crescimento da capacidade instalada posicionará os níveis de densidade da oferta no mercado português em patamares significativamente superiores aos verificados na maioria dos congéneres europeus. Os actuais níveis de densidade conjugados com um cenário de inflação controlada e uma ténue evolução da procura (traduzida pelos recentes níveis de crescimento real do consumo privado) colocam, desde já, uma pressão concorrencial acrescida sobre os negócios de retalho no mercado nacional.

A anteriormente referida dinâmica de crescimento da oferta acentua a competitividade entre os principais operadores tornando o factor preço e a actividade promocional determinantes, com consequências inevitáveis na degradação do nível das margens praticadas.

Ao longo do ano, a inflação na classe de produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, divulgada pelo Instituto Nacional de Estatística, ao registar uma subida média de 2,7%, manteve a clara tendência de crescimento a um ritmo inferior ao registado nas principais rubricas de custo da actividade de retalho (em particular, a energia, os transportes e os custos associados à mão-de-obra) e, por esse facto, colocou um enfoque especial sobre os índices de produtividade dos operadores.

Tal como se verifica na generalidade das economias europeias, os acréscimos no rendimento per capita das famílias portuguesas não se têm repercutido ao nível do crescimento do consumo per capita de bens alimentares. Ao invés, a procura nas categorias operadas pelos formatos de retalho não alimentar apresenta uma dinâmica superior, sendo notória a crescente parcela do rendimento reservada pelo consumidor português para estas categorias da despesa.

Esta tendência tem motivado, nos últimos anos, a implantação no mercado nacional de novos e alternativos formatos de loja no domínio do retalho de base não alimentar, que alargam a oferta disponibilizada e servem um consumidor progressivamente mais exigente na escolha do produto ou do serviço mais adequado às suas necessidades.

Pela diversidade de operadores e segmentos constituintes do retalho de base não alimentar, o crescimento da oferta, medido pelo aumento dos m² de área bruta locável em centros comerciais, registou uma cadência superior à verificada no retalho de base alimentar em 2006, prevendo-se um acentuar deste ritmo nos próximos anos.

Enquadramento estratégico

Analisar os marcos mais relevantes do percurso da companhia é reconhecer, igualmente, alguns dos momentos mais importantes no processo de modernização do sector retalhista nacional e, de uma forma mais geral, da economia portuguesa.

A Modelo Continente é o líder no mercado de retalho português e uma referência internacional, nomeadamente pelos índices de rentabilidade apresentados. Esta posição foi conseguida graças a uma estratégia, defendida ao longo dos últimos 20 anos e assente em quatro pilares:

- profundo conhecimento do mercado que tem permitido adequar antecipada e eficientemente a proposta de valor ao consumidor;
- conjugação de fortes ritmos de crescimento com elevados níveis de eficiência operativa;
- forte e continuado investimento na inovação;
- aposta nos formatos de base não alimentar (de cariz mais especializado) em complemento aos formatos de retalho generalista.

Duas décadas foram suficientes para aproximar os hábitos de consumo nacionais dos padrões europeus, num processo de desenvolvimento do sector retalhista que assim se transformou num dos domínios económicos mais desenvolvidos e concorrenciais.

O forte ritmo de crescimento da oferta de retalho de base alimentar, com naturais implicações na respectiva densidade, foi oportunamente previsto e antecipado pela Modelo Continente e justificou um conjunto de opções estratégicas que têm vindo a materializar-se nos últimos anos.

Neste sentido, a companhia cedo investiu no alargamento do seu portfólio de negócios, tirando partido das sinergias existentes e desenvolvendo novos formatos de retalho de base não alimentar inovadores no mercado português. Mais recentemente, a empresa reforçou esse universo através de conceitos, como são os exemplos recentes da Área Saúde (parafarmácia), da Zippy (artigos para criança e bebé), da Worten Mobile (venda especializada na área das telecomunicações) e da Star (agências de viagens), esta última por aquisição.

Respeitando a orientação estratégica assente no crescimento e consolidação da sua posição no mercado base e beneficiando da alteração do quadro regulamentar do sector, a Modelo Continente tem vindo a aumentar o seu parque de lojas, reforçando a sua cobertura do território nacional e consequentemente fazendo chegar a sua proposta de valor a um número cada vez maior de portugueses. Neste particular, a companhia continua a desenvolver acções que possibilitem a concretização do seu plano de expansão:

- em regiões de elevado potencial, reforçando a sua presença;
- em municípios onde a empresa ainda não opera – hoje a Modelo Continente, através do seu actual parque de lojas, abrange nas suas áreas de influência cerca de 70% das famílias portuguesas.

O crescente nível de exigência dos consumidores, o progressivo aparecimento de novos operadores no mercado, alguns de dimensão mundial nas categorias que operam, e a desfavorável evolução do preço de custo dos factores (com incrementos superiores à subida do nível de preços de venda ao público) colocam uma pressão real e crescente sobre a rentabilidade dos negócios. Neste contexto, a sustentabilidade da proposta de valor apresentada ao consumidor exige um investimento permanente no reforço dos índices de produtividade.

Antevendo este cenário, a Modelo Continente iniciou há alguns anos um programa de melhoria dos processos internos, com vista a aumentos de

produtividade e focagem dos colaboradores em tarefas de maior relacionamento e valor acrescentado para os seus clientes. O sucesso evidenciado na concretização destes programas reforça a confiança e redobra o empenho dos colaboradores na sua implementação.

Paralelamente, a companhia tem renovado e re-inventado os seus modelos organizativos de loja. Investimentos importantes têm sido igualmente dedicados à melhoria dos sistemas de informação, à modernização da estrutura logística e à formação e desenvolvimento dos colaboradores.

Adicionalmente, e fruto da actividade desenvolvida, a Modelo Continente é hoje detentora de marcas merecedoras dos mais elevados níveis de confiança do consumidor português. É reconhecidamente a empresa que mais tem inovado no seu sector, beneficiando de uma cultura desenvolvida ao longo dos últimos 20 anos, apoiada numa equipa jovem, ágil e motivada, reforçada, no último ano, com cerca de 1.900 novos colaboradores.

A Modelo Continente conjugou

- o forte ritmo de crescimento orgânico,
- o significativo investimento em novas áreas de actuação e
- a procura incessante no reforço dos índices de produtividade,

com um crescente enfoque no cliente. Esta preocupação manifesta-se em todas as iniciativas que desenvolve, nomeadamente na gestão de sugestões e reclamações e na realização de estudos de mercado que permitem aos responsáveis de diferentes áreas adequar as suas actuações, sendo fundamental para sustentar o diferencial competitivo no mercado.

Deste modo, a companhia pretende aumentar o grau de satisfação e fidelização dos Clientes, ajustando a sua proposta de valor às constantes exigências dos consumidores e acompanhando as transformações de índole cultural, social e económica do País.

Neste particular, durante o exercício em análise e na sequência das acções desenvolvidas ao longo dos últimos anos, a empresa encetou um projecto muito importante envolvendo uma equipa multidisciplinar com o objectivo de lançamento de fidelização de grande alcance. O lançamento do cartão cliente Continente e cartão cliente Modelo ocorreu já no início de 2007, e tem merecido uma enorme adesão. Concretizado esse passo, a empresa planeia desenvolver acções que permitam sustentar e reforçar esta relação de confiança, que sempre constituiu uma vantagem competitiva da companhia.

Actividade

O volume de negócios consolidado da Modelo Continente, ao longo do exercício de 2006, totalizou 3.091 milhões de Euros. Este valor representou um crescimento de 13% face ao ano precedente no mercado português. Na obtenção dos resultados acima descritos são de relevar os seguintes factores:

- o desempenho positivo do universo comparável de lojas na generalidade das insígnias;

- o aumento do número de lojas, concretizando a abertura de 45 mil novos m² de área de venda, com forte representatividade da insígnia Modelo;
- a aquisição do controlo da Agência de Viagens Star, tendo a Modelo Continente alargado a oferta de serviços disponibilizada aos seus clientes.

O cash-flow operacional consolidado da empresa ascendeu, ao longo de 2006, a 254 milhões de Euros. Este montante incorpora um aumento de 19 milhões de euros face ao valor gerado em igual período de 2005 no mercado português, o que traduz um crescimento de 8%.

O resultado corrente da empresa ascendeu a 156 milhões de Euros, mais 17 milhões de Euros que em 2005.

Para o mesmo período, o resultado líquido consolidado totalizou 160 milhões de euros, ascendendo a mais de 5% do volume de negócios. Na comparação com o ano anterior, o resultado apresenta um crescimento de 29%, traduzindo uma evolução muito positiva da rentabilidade da empresa ao longo de 2006.

Estrutura financeira

Em final de Dezembro de 2006, o endividamento líquido consolidado da empresa ascendia a 377 milhões de Euros, decorrente da geração sustentada de fundos e do nível de investimento realizado.

Este montante, superior em 181 milhões de Euros ao atingido no final do exercício de 2005, mantém os elevados níveis de solidez financeira apresentados pela companhia, que se traduzem num rácio de dívida face ao cash-flow operacional de 1,5.

Ao longo dos 12 meses do ano, a Modelo Continente investiu em termos líquidos cerca de 246 milhões de Euros, valor sensivelmente idêntico ao cash-flow económico gerado no mesmo período.

Neste sentido, o aumento registado no endividamento fica a dever-se sobretudo à aquisição de acções próprias, uma vez que no final do exercício de 2006 a sociedade adquiriu 100 milhões de acções próprias pelo preço global de aquisição de 205 milhões de euros.

Programa de investimento

No exercício de 2006, a Modelo Continente cumpriu o seu amplo plano de aberturas e remodelações, de acordo com as linhas estratégicas oportunamente referidas.

A empresa encerrou o ano de 2006 com um parque de 480 lojas, que totalizam uma área de venda superior a 543.000 m² e sustentam um portfólio composto por 3 formatos de base alimentar que, ao longo dos últimos anos, foi enriquecido por 9 formatos de retalho de base não alimentar.

No sector de base alimentar, a companhia reforçou a cobertura do território nacional abrangendo novos mercados regionais e disponibilizou os seus serviços a um leque cada vez maior de clientes. Neste particular, a empresa inaugurou 11 lojas, acrescentando ao seu portfólio 22.000 m² de área de venda.

Paralelamente, e na perspectiva de reforço da proposta de valor disponibilizada aos clientes do concelho de Portimão, a empresa converteu, em Outubro, a sua unidade da insígnia Modelo em unidade da cadeia Continente.

No sector de base não alimentar, foi mantido o elevado ritmo de crescimento orgânico, adicionando mais de 23.000 m² (+14%) repartidos por 76 unidades.

Adicionalmente, e com vista ao enriquecimento das soluções oferecidas aos clientes da Modelo Continente, foi adquirida a cadeia Star e foram lançadas as insígnias Worten Mobile e Área Saúde que cedo apresentaram uma adesão muito positiva por parte dos clientes.

Desenvolvimento sustentável

A Modelo Continente enquanto líder do retalho em Portugal, e operando um portfólio rico e alargado de formatos de base alimentar e não alimentar, reconhece a responsabilidade das suas acções e conseqüente impacte que estas podem ter em todas as partes envolvidas.

Neste sentido, a companhia construiu uma cultura forte, competitiva e sustentável, moldada num quadro estável e coerente de Valores e Princípios que abarcam as dimensões comportamental, económica, social e ambiental.

As evidências quantitativas dos bons resultados obtidos ao longo dos últimos exercícios constituem, por isso, apenas uma visão parcial do efectivo contributo da Empresa para o modelo de desenvolvimento sustentado da envolvente económica e social. Conforme se poderá constatar no relatório de sustentabilidade referente ao ano de 2006, e que será pela 1ª vez publicado, a companhia explanará todas as actividades desenvolvidas e divulgará os indicadores de desempenho nas três vertentes: económica, ambiental e social.

Governo das sociedades

A Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2006 elegeu para o quadriénio 2006/2009, conforme comunicação ao mercado em 5 de Abril de 2006, o seguinte Conselho de Administração:

- Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo - Presidente
- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão - CEO
- Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério - CFO
- Eng.º Álvaro Carmona e Costa Portela - Vogal
- Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo - Vogal

Para além da eleição acima referida, não ocorreram mudanças significativas no período que mereçam destaque, e as directrizes definidas no ano de 2005 naquilo que diz respeito ao Governo das Sociedades permanecem inalteradas.

Perspectivas

A Modelo Continente continuará a pautar a sua actuação segundo as linhas já definidas - crescimento e reforço da proposta de valor para os clientes, através de um investimento continuado na eficiência e na inovação.

Na intenção de fortalecer a liderança no mercado nacional, a empresa manterá o forte ritmo de abertura de novas unidades, o qual lhe permitirá aumentar em mais de 10% a área de venda instalada.

No que respeita aos negócios de base alimentar, em 2007 a Modelo Continente prevê abrir mais de 10 novas unidades procurando chegar a um número cada vez maior de portugueses.

Já no que concerne aos formatos de base não alimentar, e para o mesmo período, a companhia pretende alargar a sua rede de lojas, reforçando a sua posição de referência no mercado retalhista nacional. Para tal, é expectável serem adicionadas cerca de 90 unidades ao parque actual, repartidas pelos diferentes formatos e correspondendo a mais de 35.000 m².

A companhia irá igualmente manter o ritmo de renovação do parque de lojas estimando que, em 2007, sejam remodeladas mais de 50 lojas, equivalentes a cerca de 10% do parque instalado.

Adicionalmente será prosseguido o estudo de novos formatos a implantar no mercado base que potenciem a geração de novas avenidas de crescimento, numa lógica de aproveitamento sinérgico das competências e recursos internos. Paralelamente será dada continuidade aos estudos de suporte à possibilidade de alargamento dos negócios actuais para novas geografias de actuação.

Ao longo dos anos, a companhia consolidou os elevados níveis de satisfação proporcionados aos seus clientes, tendo a insígnia Continente recebido pelo 5º ano consecutivo a distinção de "Marca de Confiança" no sector retalhista. Neste quadro, a empresa prosseguirá na procura de uma cada vez maior aproximação ao cliente, sustentada no lançamento do seu cartão cliente nos formatos de base alimentar. Nos formatos de base não alimentar, a companhia irá enriquecer os actuais programas de fidelização associados aos cartões cliente existentes procurando solidificar os bons resultados já obtidos.

Agregando os benefícios resultantes da actuação segundo estas linhas, a Modelo Continente projecta no tempo a sustentabilidade do seu modelo de negócio, suportado num conjunto de elevados critérios de ética, na excelência do relacionamento com os seus diferentes "stakeholders" e manifestando uma forte sensibilidade e aderência aos princípios de responsabilidade social corporativa.

Proposta de Aplicação de Resultados da empresa Modelo Continente, SGPS, S.A.

Será proposta à Assembleia Geral uma distribuição de 75 milhões de Euros, a título de dividendos, a que corresponde um "dividend pay-out ratio" de aproximadamente 50% dos resultados líquidos consolidados de carácter recorrente.

O resultado líquido do exercício da empresa Modelo Continente, SGPS, S.A., a título individual, foi de 80.335.955,37 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reserva Legal _____	4.800.000,00	Euros
Reservas Livres _____	535.955,37	Euros
Dividendos _____	75.000.000,00	Euros
Total _____	80.335.955,37	Euros

Agradecimentos

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e accionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Modelo Continente pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 12 de Março de 2007

O Conselho de Administração

Glossário

- Vendas brutas (vb): valor de todas as transacções de frente de caixa do parque de lojas da empresa, acrescido das vendas a empresas não incluídas no perímetro de consolidação da Modelo Continente SGPS, S.A.
- Vendas líquidas (vl): valor das vendas brutas, deduzido dos impostos directamente relacionados (ex: IVA em Portugal)
- Volume de negócios (vn): valor das vendas líquidas e das prestações de serviços
- Cash-flow operacional (EBITDA): resultado operacional + amortizações e depreciações + provisões + perdas de imparidade - reversão de perdas de imparidade
- Resultado operacional (EBIT): resultado consolidado + imposto sobre o rendimento - resultados relativos a investimentos - resultados relativos a empresas associadas - resultados financeiros
- Resultado corrente: resultado operacional + resultados financeiros
- Cash-flow económico: resultado líquido do período + amortizações e depreciações + provisões + perdas de imparidade - reversão de perdas de imparidade
- Investimento líquido: aumento do imobilizado técnico (corpóreo e incorpóreo) bruto - desinvestimento em imobilizado técnico (corpóreo e incorpóreo)
- Endividamento líquido: empréstimos correntes + empréstimos não correntes + credores por locação financeira + passivos por derivados financeiros - caixa e equivalentes de caixa - investimentos correntes detidos para negociação
- Endividamento médio: média do endividamento líquido final dos quatro trimestres do ano.

Relatório sobre o Governo da Sociedade

Modelo Continente, SGPS, S.A.
31 de Dezembro de 2006

O presente anexo contém uma breve descrição das práticas da Modelo Continente, SGPS, S.A. sobre o Governo da Sociedade ("Corporate Governance"). Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão único deve ser lido em complemento e em conjugação com esse documento, para o qual contem remissões sempre que for considerado mais adequado descrever o assunto no corpo do relatório de gestão, evitando assim a duplicação de informação.

Este documento foi elaborado nos termos do disposto no Regulamento n.º 7/2001 de 20 de Dezembro de 2001 da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, com as alterações introduzidas pelo Regulamento n.º 11/2003 de 19 de Novembro de 2003 e pelo Regulamento nº10/2005 de 3 de Novembro de 2005.

Dado que a Modelo Continente, SGPS, S.A., perdeu a qualidade de sociedade aberta e se encontra excluída do mercado regulamentado Euronext Lisbon desde o dia 22 de Setembro de 2006, após a aquisição do domínio total da empresa pela Sonae, SGPS, S.A., o documento que se segue reveste-se de um carácter voluntário, tendo sido elaborado com o propósito de melhor informar o Mercado.

Capítulo 0 - Declaração de cumprimento

A adopção das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre governo das sociedades está expressa no corpo deste relatório em cada um dos capítulos em que está organizado.

Capítulo 1 - Divulgação de informação

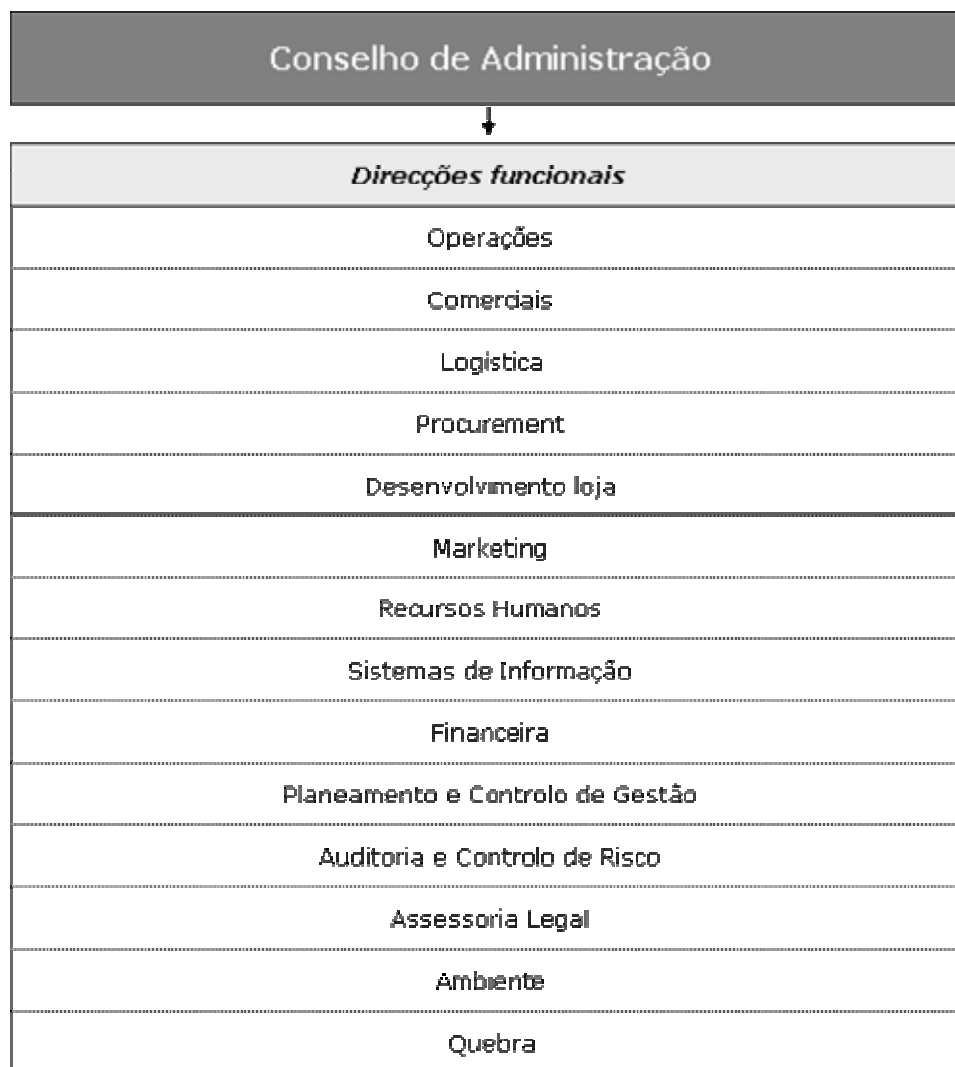
1.1 Repartição de competências no quadro do processo de decisão empresarial

A 31 de Dezembro de 2006, o Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, S.A. era composto por cinco membros, tal como se pode apreciar na listagem anexa.

- Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo (Presidente)
- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão (CEO)
- Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (CFO)
- Eng.º Álvaro Carmona e Costa Portela (Vogal)
- Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Vogal)

Os membros do Conselho de Administração têm funções de coordenação e de gestão das funções de soberania (direcções funcionais), funcionando colegialmente.

Ao longo de 2006, o organigrama funcional da sociedade assumiu a seguinte estrutura:



A empresa conta igualmente com uma Comissão de Vencimentos, tal como descrito no ponto 1.9., não integrando qualquer outra Comissão com competências em matéria de gestão.

1.2 Controlo de risco

Na Modelo Continente, a gestão de risco faz parte da sua Cultura, encontrando-se presente nas diferentes funções da empresa. Compete a cada gestor identificar, avaliar e gerir os riscos que possam pôr em causa a concretização dos objectivos de negócio.

A análise e a gestão dos riscos estratégicos e de envolvente são desenvolvidas pelo Conselho de Administração da empresa no âmbito do ciclo de planeamento anual.

Ao nível dos processos de negócio, são identificados e avaliados os principais riscos e planeadas acções de mitigação, que são monitorizadas pelas diferentes unidades funcionais.

A análise e cobertura dos riscos financeiros é realizada no âmbito da actividade da função financeira da Modelo Continente.

Nos riscos de natureza mais transversal, nomeadamente nos grandes projectos de mudança organizacional e na elaboração de planos de contingência e de recuperação de negócios, são desenvolvidos programas estruturados de gestão de risco com a participação dos responsáveis das unidades envolvidas.

A actividade de Gestão de Risco é apoiada e suportada de forma mais directa pelas funções de Auditoria e Gestão de Risco, cujas principais áreas de actuação se apresentam em seguida:

Gestão de Risco

No âmbito do processo de avaliação dos riscos de negócio relevantes para a empresa, a função de auditoria e gestão de risco definiu uma matriz de riscos da Empresa (BRM – “Business Risk Model”). Este processo enquadra-se no padrão internacional “Enterprise Risk Management – Integrated Framework” do COSO (“The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission”) e compreende a identificação e sistematização dos riscos que afectam a organização, a sua priorização em função do impacto e da probabilidade de ocorrência e a identificação das suas causas mais importantes.

No âmbito da gestão do risco da segurança física das pessoas e activos críticos do negócio encontra-se implementado nas lojas um processo periódico de auto-controlo de segurança física com o objectivo de efectuar o diagnóstico da exposição aos riscos de segurança física, identificação das principais causas e implementação de medidas de correcção. Complementarmente são desenvolvidas auditorias de verificação do nível de implementação dessas medidas. Nos restantes activos que asseguram as principais actividades da empresa (entrepósitos, centros de fabrico e edifícios administrativos) são realizadas periodicamente análises de risco de segurança física sendo implementadas acções preventivas e correctivas dos riscos identificados.

Na vertente da continuidade do negócio a companhia desenvolveu manuais de gestão de crise e planos de continuidade de negócio para as lojas, entrepostos e sistemas informáticos com os principais objectivos de, em caso de ocorrência de um sinistro de alto impacto, garantir a continuidade das operações e minimizar as perdas financeiras e de imagem. Regularmente é ainda reavaliada a cobertura financeira dos riscos seguráveis.

Auditoria de Processos e Cumprimento

No âmbito dos processos de maior risco operacional para a empresa, a função de auditoria de processos e cumprimento efectua a monitorização sistemática das transacções de risco, nomeadamente vendas, devoluções de vendas e compra de mercadorias.

Auditoria de Sistemas de Informação

A função de auditoria de sistemas de informação analisa e verifica os controlos informáticos que asseguram a operacionalidade e a eficiência da empresa, nomeadamente ao nível da confidencialidade, integridade e disponibilidade de dados. Neste âmbito, a empresa adoptou o standard internacional ISO27001 ("British Standard") e encontra-se em processo de finalização de adopção do COBIT ("Control Objectives for IT" do ISACA) que cobrem o ciclo de vida da gestão dos sistemas de informação.

No quadro desta actividade realiza-se, entre outras, auditorias específicas às bases de dados e aplicações críticas do negócio, aos servidores e infra-estrutura de comunicações, testes de intrusão aos sites de comércio electrónico e segurança física dos centros informáticos. No domínio da continuidade de negócio, encontram-se definidos cenários de recuperação dos sistemas informáticos e planos operacionais de contingência.

1.3 Divulgação relativa ao capital social

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, com o valor nominal de 1 Euro cada uma.

Em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 20 de Setembro de 2006 foi deliberado a perda de qualidade de sociedade aberta a qual foi posteriormente autorizada pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2006.

Em 16 de Outubro de 2006 a Sonae, SGPS, S.A. tornou público que nos termos do nº 3 do artigo 490º do Código das Sociedades Comerciais adquiriu naquela data a totalidade das acções representativas do capital social da Modelo Continente, SGPS, S.A., não detidas por suas filiais, tendo passado a dominar totalmente de forma directa e através de sociedade por si dominada a Modelo Continente, SGPS, S.A.

No final do exercício, a empresa adquiriu 100.000.000 acções próprias, com um custo de 2,05 euros por acção, às empresas detentoras do seu capital, Sonae, SGPS, S.A. (52.800.000 acções) e Sonae Investments, B.V. (47.200.000 acções).

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	%
Sonae, SGPS, S.A.	74,98
Sonae Investments, B.V.	15,93
Acções próprias	9,09

Em 31 de Dezembro de 2006, a Efanor, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,94% das acções representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A.

1.4 Evolução da cotação das acções

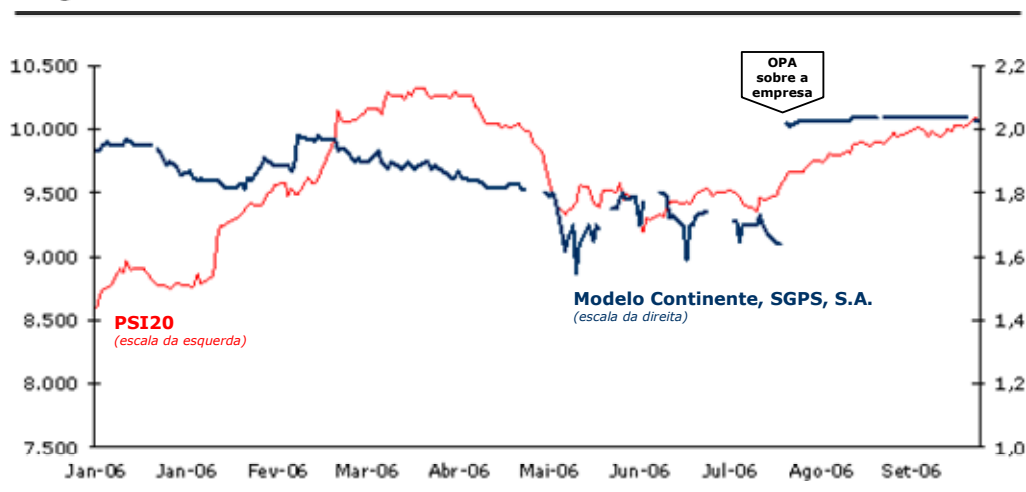
Com a aquisição do domínio total da Modelo Continente SGPS, S.A., mencionada no ponto anterior, a Modelo Continente SGPS, S.A. perdeu a qualidade de sociedade aberta, estando excluída do mercado regulamentado Euronext Lisbon, desde o dia 22 de Setembro de 2006.

No entanto, e até à data referida, os títulos representativos do capital social da Modelo Continente, SGPS, S.A. encontravam-se admitidos à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon com as seguintes características técnicas:

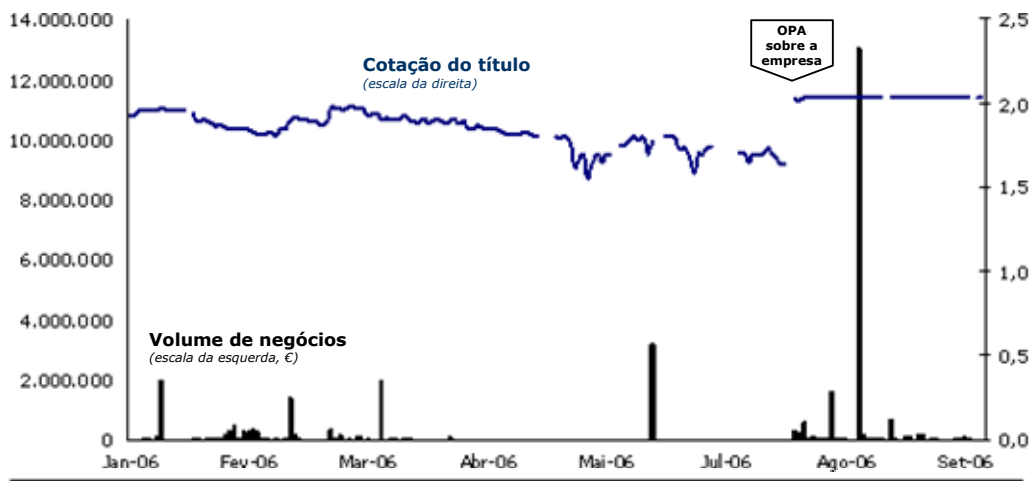
Denominação:	Modelo Continente, SGPS, SA
Capital social:	1.100.000.000 Euros
Valor nominal das acções:	1 Euro
Nº de acções:	1.100.000.000
Negociação das acções:	Euronext Lisbon
ISIN/Código Euronext:	PTMOC0AE0007
Reuters:	MDCT.IN1
Bloomberg :	MCON PL
Código central:	MOCAE

Ao longo do período de 1 de Janeiro a 22 de Setembro de 2006, verificamos que a cotação média do título representativo do capital social da Modelo Continente, SGPS, S.A. foi de 1,88 Euros, tendo atingido o máximo de 2,04 Euros e um valor mínimo de 1,55 Euros. A última cotação do título foi registada no dia 22 de Setembro de 2006 e cifrou-se em 2,03 Euros. O comportamento do título ao longo deste período encontra-se descrito no gráfico apresentado de seguida, quer em termos de desempenho individual quer em termos de evolução comparativa face ao índice de referência do mercado bolsista português (Psi20).

Evolução da cotação do título da Modelo Continente e do Psi20
ao longo de 2006



Evolução da cotação do título e volume de negócios da Modelo Continente
ao longo de 2006



Nota: Os intervalos na linha de evolução das cotações dizem respeito a sessões de bolsa onde não foi efectuado qualquer negócio com os títulos da empresa.

A evolução dos principais indicadores bolsistas no cômputo dos 3 últimos exercícios pode ser analisada no quadro anexo.

	2004 [*]	2005	2006
	1 Jan. a 31 Dez.	1 Jan. a 31 Dez.	1 Jan. a 22 Set.
Referências			
Capital social (€)	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Nº de acções	1.100.000.000	1.100.000.000	1.100.000.000
Valor nominal por acção (€)	1,0	1,0	1,0
Cotação (€)			
Início do período	1,45	1,47	1,98
Máxima	1,64	2,05	2,04
Mínima	1,35	1,49	1,55
Média	1,45	1,69	1,88
Final do período	1,46	1,98	2,03
Transacções (quantidade diária)			
Máximo	2.824.880	475.427	6.379.351
Mínimo	0	0	0
Médio	35.290	17.642	84.382
Transacções (montante diário, €)			
Máximo	3.818.745	710.233	13.013.793
Mínimo	0	0	0
Médio	51.166	29.499	165.484
Capitalização bolsista			
Final do período (€)	1.606.000.000	2.178.000.000	2.233.000.000
Variação	3%	36%	3%

* O resultado consolidado referente a 2004 apresenta-se de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade português (POC), encontrando-se os valores de 2005 e de 2006 de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS)

De forma a auxiliar a adequada análise da evolução das cotações da empresa ao longo de 2006, evidenciamos em seguida as datas mais relevantes dos eventos e comunicados ao mercado da empresa.

	ASSUNTO	SITE EMITENTE	SITE CMVM	EURONEXT	SITE DGRN	JORNAL LOCAL
1	INFORMAÇÃO PRIVILEGIADA					
1.1	Informação sobre resultados consolidados do exercício de 2005	03.03.2006	02.03.2006	03.03.2006	-	-
1.2	Informação sobre oferta de aquisição pela Sonae, SGPS, SA de acções da Modelo Continente, S.G:P.S., S.A.	06.10.2006	06.10.2006	06.10.2006	-	-
1.3	Informação sobre o registo da aquisição das acções pela Sonae, SGPS, S.A.	16.10.2006	17.10.2006	17.10.2006	-	-

2	PRESTAÇÃO DE CONTAS					
2.1	Informação sobre resultados consolidados do exercício de 2005 (versão em inglês)	03.03.2006	03.03.2006	03.03.2006	-	-
2.2	Contas anuais/ exercício de 2005	05.04.2006	05.04.2006	06.04.2006	11.05.2006	-
2.3	Contas anuais/ exercício de 2005 (versão inglês)	05.04.2006	05.04.2006	06.04.2006	-	-
2.4	Informação sobre os resultados consolidados do 1º semestre/2006	06.09.2006	06.09.2006	07.09.2006	-	-
2.5	Informação sobre os resultados consolidados do 1º semestre/2006 (versão em inglês)	06.09.2006	06.09.2006	07.09.2006	-	-
2.6	Contas do 1º. Semestre/2006	20.09.2006	20.09.2006	-	-	-
2.7	Contas do 1º. Semestre/2006 (versão em inglês)	20.09.2006	20.09.2006	-	-	-
2.8	Comunicação sobre os resultados consolidados do 1º trimestre/2006	04.05.2006	04.05.2006	05.05.2006	-	-
2.9	Comunicação sobre os resultados consolidados do 1º trimestre/2006 (versão em inglês)	05.05.2006	05.05.2006	05.05.2006	-	-
2.10	Informação relativa ao 1º trimestre/2006	19.05.2006	19.05.2006	19.05.2006	-	-
2.11	Informação relativa ao 1º trimestre/2006 (versão em inglês)	19.05.2006	19.05.2006	19.05.2006	-	-
2.12	Informação sobre os resultados a 30 de Setembro de 2006	03.11.2006	03.11.2006	06.11.2006	-	-
2.13	Informação sobre os resultados a 30 de Setembro de 2006 (versão em inglês)	03.11.2006	03.11.2006	06.11.2006	-	-
2.14	Informação sobre os resultados consolidados do 3º. Trimestre/2006	22.11.2006	22.11.2006	-	-	-
2.15	Informação sobre os resultados consolidados do 3º. Trimestre/2006 (versão em inglês)	22.11.2006	22.11.2006	-	-	-
3	INFORMAÇÃO SOBRE O GOVERNO DAS SOCIEDADES					
3.1	Relatório sobre o Governo das Sociedades	28.08.2006	28.08.2006	-	-	-
3.2	Relatório sobre o Governo das Sociedades (versão em inglês)	28.08.2006	28.08.2006	-	-	-
4	ORGÃOS SOCIAIS					
4.1	Renúncia de administradores	25.01.2006	25.01.2006	25.01.2006	30.03.2006	-
4.2	Órgãos Sociais	05.04.2006	05.04.2006	06.04.2006	11.05.2006	-
5	DIVIDENDOS E JUROS DE OBRIGAÇÕES					
5.1	Pagamento do dividendo relativo ao exercício de 2005	31.03.2006	31.3.2006	03.04.2006	03.04.2006	-
5.2	Pagamento do 1º. Cupão das Obrigações "Modelo Continente 2005/2012"	13.01.2006	13.01.2006	13.01.2006	12.01.2006	-
5.3	Pagamento do 1º. Cupão das Obrigações "Modelo Continente 2005/2010"	13.01.2006	13.01.2006	13.01.2006	12.01.2006	-
5.4	Pagamento do 4º. Cupão das Obrigações Modelo Continente/2004	02.03.2006	02.03.2006	03.03.2006	24.02.2006	03.03.2006
5.5	Pagamento do 5º. Cupão das Obrigações Modelo Continente/2003	22.03.2006	22.03.2006	23.03.2006	21.03.2006	24.03.2006
5.6	Pagamento do 2º. Cupão das Obrigações "Modelo Continente 2005/2010"	13.07.2006	13.07.2006	13.07.2006	14.07.2006	-
5.7	Pagamento do 2º. Cupão das Obrigações "Modelo Continente 2005/2012"	17.07.2006	17.07.2006	17.07.2006	17.07.2006	-
5.8	Pagamento do 5º. Cupão das Obrigações Modelo Continente/2004	04.09.2006	04.09.2006	04.09.2006	04.09.2006	-
5.9	Pagamento do 6º. Cupão das Obrigações Modelo Continente/2003	22.09.2006	22.09.2006	22.09.2006	25.9.2006	-
6.	CONVOCATÓRIAS					
6.1	Assembleia geral Anual	13.02.2006	13.02.2006	17.02.2006	13.02.2006	-
6.2	Assembleia geral Extraordinária	10.08.2006	10.08.2006	10.08.2006	11.08.2006	-
7	PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES ABERTAS					
7.1	Informação sobre participações qualificadas	24.04.2006	24.04.2006	24.04.2006	-	-
7.2	Informação sobre participações qualificadas	08.09.2006	08.09.2006	08.09.2006	-	-
8	TRANSACÇÃO DE ACÇÕES PRÓPRIAS					

8.1	Informação sobre deliberação de alienação/aquisição de acções próprias	05.04.2006	05.04.2006	06.04.2006	-	-
9	PERDA DE QUALIDADE DE SOCIEDADE ABERTA E AQUISIÇÕES POTESTATIVAS					
9.1.	Informação sobre o pedido de perda de qualidade de sociedade aberta	22.09.2006	22.09.2006	25.09.2006	-	-
9.2	Outra informação sobre a perda de qualidade de sociedade aberta	16.10.2006	16.10.2006	17.10.2006	-	-
10	ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS					
10.1	Publicação do prospecto de admissão à negociação das Obrigações "Modelo Continente 2005/2010"	02.03.2006	01.03.2006	03.03.2006	-	-
11	SÍNTESE ANUAL INFORMAÇÃO DIVULGADA					
11.1	Informação divulgada relativa ao ano de 2005	15.05.2006	15.05.2006	15.05.2006	-	-
12	OUTRAS INFORMAÇÕES					
12.1	Publicação promovida pela Conservatória Comercial da alteração parcial do contrato	-	-	-	11.05.2006	-
12.2	Publicação promovida pela Conservatória do Comercial, quanto à aquisição de acções pela Sonae, SGPS, S.A.	-	-	-	19.10.2006	-

1.5 Distribuição de dividendos

Não foi distribuído qualquer dividendo referente ao exercício de 2004. No que respeita a 2005, foi efectuada uma distribuição de 0,05 Euro por acção, num total de 55 milhões de Euros. Para 2006 será proposta à Assembleia Geral uma distribuição de 75 milhões de Euros, a título de dividendos, a que corresponde um "dividend pay-out ratio" de aproximadamente 50% dos resultados líquidos consolidados de carácter recorrente.

1.6 Planos de atribuição de acções e planos de atribuição de opções de aquisição de acções

A Comissão de Vencimentos da Modelo Continente, SGPS, S.A. aprovou em 16 de Março de 2005 um regulamento que define as condições de atribuição de um plano de compensação diferida. Este plano tem como fundamento proporcionar a partilha do valor criado pela intervenção directa dos aderentes na definição da estratégia e na gestão dos negócios, sendo para tal elegíveis os administradores e quadros da Modelo Continente, SGPS, S.A. cuja intervenção tem maior impacto sobre o desempenho dos negócios.

A compensação diferida é atribuída pelo órgão de gestão em relação aos quadros e pela Comissão de Vencimentos em relação aos administradores, dependendo tais montantes, adicionalmente, do desempenho anual global da empresa.

O valor da compensação diferida varia em função directa de uma carteira padrão de acções constituída por acções da Sonae, SGPS, S.A.. Os planos de compensação são valorizados à data de atribuição a preços representativos da cotação, no mercado de acções em Portugal, dos títulos que compõem a carteira. Considera-se para tal o valor mais baixo entre a cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à assembleia-geral ou a cotação média de fecho dos últimos 30 dias anteriores à assembleia-geral.

O Administrador/Quadro pode optar por:

- adquirir a custo zero, três anos após a atribuição, um número de acções igual ao valor em euros da compensação diferida atribuída e o valor da cotação mencionada anteriormente, ou

- adquirir ao valor de cotação à data de atribuição, três anos após a atribuição, um número de acções determinado pela aplicação do modelo de Black-Scholes ao valor em euros da compensação diferida atribuída.

Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do terceiro ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O direito à compensação diferida caduca com a saída do Administrador/Quadro do grupo Modelo Continente e mantém-se até ao vencimento no caso de reforma. Em caso de morte ou invalidez permanente o plano de compensação diferida é valorizado a preços de mercado e entregue aos herdeiros ou ao próprio.

1.7 Divulgação relativa a transacções com partes relacionadas

A sociedade não efectuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração.

As transacções com o Fiscal Único decorrem exclusivamente do exercício da sua função, estando os honorários pagos descritos no ponto 1.10.

As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo são realizadas em condições normais de mercado e fazem parte da actividade normal da sociedade. Neste ponto merece divulgação específica a aquisição, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, de 100 milhões de acções próprias com um custo de 2,05 Euros por acção às empresas detentoras do seu capital, Sonae, SGPS, S.A. e Sonae Investments, BV.

1.8 Relações com investidores

A Modelo Continente sempre fundamentou as suas opções estratégicas na criação das melhores condições para a remuneração dos capitais que lhe foram colocados à disposição pelos detentores do seu capital social, aí radicando um dos principais compromissos da gestão. Até à presente data, as políticas desenvolvidas facultaram uma valorização do activo da sociedade e níveis de rentabilidade proporcionados aos accionistas que traduzem o integral cumprimento dos compromissos assumidos, com resultados bem acima dos referenciais de mercado.

Até 2006, a Modelo Continente assumiu o estatuto de sociedade aberta ao investimento público, admitida à cotação na Euronext Lisbon. Enquanto sociedade aberta ao investimento público, a empresa teve sempre como regra informar o mercado de capitais, de forma imediata e eficaz, dos factos relevantes, garantindo a igualdade de tratamento entre os vários agentes do mercado e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Para o efeito, utilizou os meios habituais de comunicação, privilegiando a utilização das novas tecnologias de informação, com destaque para o site institucional da empresa ("www.modelocontinente.pt") que funciona como meio de centralização de um conjunto variado de questões (formuladas pelos investidores e pelo público em geral) bem como repositório de informação histórica da empresa, nomeadamente ao nível de Relatórios e Contas, Comunicados de Resultados e Apresentações Corporativas mais relevantes.

Mesmo se, em 2006, a empresa perdeu a qualidade de sociedade aberta ao investimento público, na sequência de uma oferta pública de venda que alocou a totalidade do capital social ao seu

accionista de referência de sempre, a Sonae, SGPS, S.A., tais práticas de transparência e partilha de informação mantiveram-se inalteradas.

Como inalterado se mantém, igualmente, o funcionamento do Gabinete de Apoio a Investidores, uma infra-estrutura criada pela Modelo Continente, dotada de meios técnicos e de uma equipa de trabalho específica, o qual tem vindo a centralizar os contactos com a comunidade de investidores, nacional e internacional.

O Gabinete de Apoio a Investidores acompanha um vasto conjunto de agentes do mercado, com destaque para pequenos investidores particulares e para a comunidade universitária, bem como as principais equipas de análise a actuar no sector de retalho nacional e estrangeiro, encontrando-se disponível através dos seguintes contactos:

Rua João Mendonça, 529 – 6º Dto
4464-501 Senhora da Hora (Matosinhos – Portugal)
Telefone: +351.22.9561958
Fax: +351.22.9561318
Email: investor.relations@modelocontinente.pt

1.9 Comissão de Vencimentos

A Assembleia Geral elege, com a mesma periodicidade com que elege os órgãos sociais, uma Comissão de Vencimentos que, nos termos do número dois do artigo vigésimo sexto dos Estatutos, tem como função fixar as remunerações dos membros do Conselho de Administração.

Na sociedade Modelo Continente, SGPS, SA, a Comissão de Vencimentos é composta pela Sonae, SGPS, S.A., representada pelo Senhor Professor Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino, e pelo Senhor Eng.º Bruno Walter Lehmann, que não são membros do Conselho de Administração da sociedade.

1.10 Remuneração Anual do Auditor

A auditoria à sociedade é realizada pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., que em 2006, em conjunto com outras sociedades da rede Deloitte, facturou à sociedade e às suas filiais e associadas, incluídas no perímetro de consolidação, o valor total de 1.189.000 Euros (dos quais 145.000 Euros relativos a serviços prestados a filiais no estrangeiro), sendo 31 % relativos a serviços de auditoria e revisão legal de contas e 69 % relativos a outros serviços.

Os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que consideramos estar dessa forma assegurada a independência do auditor.

Capítulo 2 - Exercício de direitos de voto e representação de accionistas

A Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que as substituam e que até oito dias antes da realização da assembleia as tenham:

- registado em seu nome nos registos da sociedade;

- feito o depósito em intermediário financeiro autorizado nos termos da lei;
- ou as tenham inscrito em contas de valores mobiliários escriturais.

O depósito junto de intermediário financeiro ou a inscrição em contas de valores mobiliários escriturais, tem de ser comprovado por carta emitida pela instituição e que dê entrada na sociedade pelo menos oito dias antes da data da realização da Assembleia.

Os accionistas só poderão comparecer na Assembleia se comunicarem essa intenção ao presidente da mesa da Assembleia Geral, por escrito, até três dias antes da data da sua realização, salvo se tiverem comprovado o depósito junto do intermediário financeiro ou a inscrição em contas de valores mobiliários escriturais.

A cada grupo de mil acções, corresponde um voto, tendo os accionistas tantos votos quantos os correspondentes à parte inteira que resultar da divisão por mil do número de acções que possuam, sem qualquer limite.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poder-se-ão fazer representar nas reuniões da Assembleia Geral por cônjuge, ascendente ou descendente, administrador ou outro accionista, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa indicando nome, domicílio do representante e data da Assembleia.

As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Enquanto a sociedade for considerada "sociedade com o capital aberto ao investimento do público", os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta, bem como se o mesmo se mantém caso a proposta venha a ser alterada pelo seu proponente.

Não obstante, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Não obstante, pode o accionista condicionar o sentido de voto para certa proposta à aprovação ou rejeição de outra, no âmbito do mesmo ponto da ordem de trabalhos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Atento o previsto no nº. 2 do artigo 22º. do contrato social, o accionista deverá, com pelo menos 8 dias antes da data da realização da Assembleia Geral, fazer a conveniente e necessária prova das acções que possui.

Estarão à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e no Site da Emitente na Internet ("www.modelocontinente.pt"), nos quinze dias anteriores à data da Assembleia Geral Anual, as contas individuais e consolidadas e demais documentos previstos na lei, bem como as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à aprovação da Assembleia Geral.

A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados accionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social, salvo se lei imperativa exigir outro quórum.

Estatutariamente não está prevista a possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos.

Com a publicação do Dec. Lei 76 A/2006 de 29 de Março, e dentro do prazo legal a Modelo Continente, SGPS, S.A., procederá à alteração parcial do contrato social, daí resultando alguns ajustamentos quanto ao exercício do voto, em face da lei e das recomendações da CMVM.

Capítulo 3 - Regras societárias

3.1 Código de Conduta e Regulamentos Internos

Os valores e princípios da Modelo Continente, SGPS, S.A. são profusamente difundidos e estão profundamente enraizados na cultura dos seus colaboradores. Os principais vectores são a cultura empresarial (liderança, disponibilidade para a mudança, lealdade e rigor, transparência), a responsabilidade com os colaboradores (igualdade no tratamento, desenvolvimento profissional, segurança), a responsabilidade social (consciência ambiental, consciência social, abertura à sociedade, confiança e ética) e a independência face ao poder político. O corpo de colaboradores da empresa actua em estrito respeito pelo cumprimento dos deveres de diligência e confidencialidade nas relações com terceiros, salvaguardando a posição da sociedade em situações de conflitos de interesses. Neste âmbito, não existe um código de conduta formal dos órgãos da sociedade ou outro regulamento interno respeitante a esta matéria.

3.2 Gestão de Risco

i) Auditoria interna e gestão de risco

Em 2006, a companhia melhorou a capacidade de efectuar monitorizações na área de Vendas,

com o auxílio de um novo aplicativo adquirido pela empresa, que possibilita o acompanhamento diário de alguns indicadores, e com isso a antecipação do tempo de detecção de fraude.

Adicionalmente, a empresa realiza auditorias de cumprimento às variáveis críticas do negócio, incluindo compras, vendas, anulações, devoluções, talões de desconto e inventários, outras auditorias de cariz mais operacional, tais como cumprimento da legislação ambiental, acesso de pessoas com mobilidade condicionada, correcta rotulagem de artigos e rupturas de produtos em folheto e até auditorias a processos chave do negócio, incluindo, alterações locais de preço de venda, crédito ao consumo e à conferência central de mercadoria expedida dos vários entrepostos para as lojas.

A empresa deu especial relevância às questões relacionadas com a segurança dos sistemas de informação, tendo realizado várias actividades nessa esfera, tais como a elaboração, no decorrer do ano, do Plano de Continuidade de negócio que contou com a participação das principais áreas de negócio e que foi elaborado na perspectiva de disponibilizar à Modelo Continente um instrumento de gestão para ser utilizado em situações de crise, resultante de um acidente com destruição total do Centro Informático. No mesmo período, foi realizada uma auditoria aos perfis de acesso à aplicação Retek, como forma de avaliar o actual nível de protecção no acesso à informação da aplicação, no que toca às vertentes de integridade, disponibilidade e confidencialidade dos dados, assim como outras auditorias de segurança e testes de intrusão.

Em 2006, a gestão de risco esteve focada na análise de risco dos activos críticos do negócio, (tais como os entrepostos, os centros de Produção de Carne, Pescado, e Padaria/Pastelaria), na análise sistemática dos riscos que possam pôr em causa a continuidade das operações e a segurança de colaboradores e clientes e na auditoria de segurança alimentar através da realização diária de auditorias de segurança alimentar nas lojas e entrepostos.

Ainda em 2006 foi desenvolvida uma análise ao Processo da Cadeia de Frio, tendo sido efectuado o levantamento do frio em todas as fases da Cadeia de Distribuição, com o objectivo de aumentar o conhecimento dos problemas existentes e a melhoria das condições de refrigeração.

Respeitando o principio de desenvolvimento, formação e valorização dos seus recursos humanos, vários colaboradores integrantes da direcção de Auditoria e Gestão de Risco da Modelo Continente SGPS, S.A. obtiveram certificações profissionais internacionais, que enriquecem os conhecimentos específicos da equipa neste domínio. Alguns exemplos são a certificação CIA ("Certified Internal Auditor") do IIA ("The Institute of Internal Auditors", a certificação "Lead Auditor BS ISO/IEC 27001:2005" do BSI ("British Standards Institution") reconhecida pela IRCA ("International Register of Certified Auditors") e a certificação CCSA ("Certification in Control Self Assessment" atribuída também pelo IIA.

De salientar também, a atribuição em 2006 do prémio "Highly Commended" no âmbito dos "European Risk Management Awards", pela implementação do processo de "Control Risk Self Assessment" nas lojas de base alimentar da companhia.

ii) Riscos financeiros

Em termos de riscos financeiros, a Modelo Continente está maioritariamente exposta a riscos derivados das flutuações das taxas de juro e das taxas de câmbio. Com o objectivo de assegurar a

gestão destes riscos, o grupo utiliza instrumentos financeiros derivados com o objectivo de limitar a exposição a essas flutuações. A contratação dos instrumentos derivados não têm como objectivo a especulação.

3.3 Limites ao exercício dos direitos de voto ou à transmissibilidade de acções, acordos parassociais e direitos especiais de accionistas

Para além do número de acções (1.000) a que corresponde o direito a um voto, e das obrigações de representação, mencionadas anteriormente, não existem limitações ao exercício do direito de voto. A sociedade não adoptou quaisquer medidas impeditivas do êxito de Ofertas Públicas de Aquisição.

Capítulo 4.

4.1 Órgãos de administração

A 31 de Dezembro de 2006, o Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, S.A. era composto por cinco membros, com funções de coordenação e de gestão das funções de soberania (direcções funcionais), funcionando colegialmente. O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos e termina em 2009. Os administradores foram eleitos em lista única, não tendo sido apresentada lista alternativa por nenhum dos accionistas. Durante 2006, o Conselho reuniu 10 vezes, estando as actas correspondentes registadas no respectivo livro de actas.

Na presente data, o Conselho de Administração é composto pelos seguintes elementos:

		Executivo [*]	Não Executivo [*]	Não Independente [*]
• Eng.º Belmiro Mendes de Azevedo	(Presidente)		x	x
• Dr. Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão	(CEO)	x		x
• Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	(CFO)	x		x
• Eng.º Álvaro Carmona e Costa Portela	(Vogal)		x	x
• Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	(Vogal)		x	x

* caracterização de acordo com a redacção dada pelo Regulamento da CMVM nº10/2005

No quadro do processo de decisão empresarial, os membros do Conselho de Administração com funções executivas assumem as seguintes competências:

- **Dr. Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão**
assume funções de coordenação global no âmbito das tradicionalmente adstritas à figura de CEO, com âmbito de actuação alargado.
- **Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério**
assume funções de coordenação global no âmbito das tradicionalmente adstritas à figura de CFO, com âmbito de actuação alargado.

Apresenta-se em seguida um breve resumo do curriculum vitae de cada um dos administradores, com indicação das respectivas qualificações, actividades profissionais e cargos mais relevantes exercidos noutras sociedades.

Belmiro Mendes de Azevedo

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Naturalidade: Marco de Canaveses
Estado Civil: casado

Data de nascimento: 17-02-1938
Filhos: 3

Curriculum académico

1963 Licenciado em Engenharia Química Industrial (FEUP)
1973 PMD (Programme for Management Development) - Harvard Business School
1985 Financial Management Programme - Stanford University
1987 Strategic Management - Wharton University

Curriculum profissional

1963-1964 Técnico na Indústria Têxtil
1965-1967 Director de Investigação e Desenvolvimento da Sonae
1967-1984 Director-Geral e Administrador Delegado da Sonae
1985-1988 Presidente da Comissão Executiva da Sonae Indústria e Investimentos, SA
1989-1999 Presidente do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, SGPS, SA
Desde 1999 Presidente do Conselho de Administração da Sonae SGPS, SA

Outros cargos

Membro do European Union Hong-Kong Business Cooperation Committee
Membro do International Advisory Board da Allianz AG
Membro do Harvard Business School European Advisory Board
Membro da Direcção da Cotec – Portugal
Membro do European Round Table of Industrialists
Membro fundador do Manufuture Portugal Forum

Distinções

“Grã-cruz da Ordem do Infante D. Henrique” outorgada por Sua Excelência o Presidente da República de Portugal.

“Encomienda de Numero de la Orden del Mérito Civil” outorgada por Sua Majestade o Rei D. Juan Carlos de Espanha.

“Ordem do Cruzeiro do Sul” outorgada por Sua Excelência o Presidente da República Federativa do Brasil.

Honorary Fellow da London Business School.

Cargos exercidos em outras sociedades¹

Presidente do Conselho de Administração de:

- Sonae, SGPS, SA
- Sonae Indústria, SGPS, SA
- Sonae Sierra, SGPS, SA
- Sonaecom, SGPS, SA
- Sonae Capital, SGPS, SA
- Efanor Investimentos, SGPS, S.A.
- Tableros de Fibras, SA

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Naturalidade: Lisboa
Estado Civil: casado

Data de nascimento: 27-04-1956
Filhos: 4

Curriculum académico

1978 Licenciado em Economia – ISCTE (Universidade de Lisboa)

Curriculum profissional

1984-1986 Director de Operações do Pingo Doce Supermercados (Retalho)
1986-1987 Director do Hipermercado Continente da Amadora (Retalho)
1988-1989 Director Geral da Modelo Continente (Retalho)
Desde 1990 Administrador da Modelo Continente Hipermercados, SA (Retalho)
Desde 1991 Presidente do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, S.A. e de várias das suas filiais (Retalho)
Desde 2000 Vice-Presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA

Cargos exercidos em outras sociedades¹

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Modelo Continente, SGPS, S.A. e pela Sonae Turismo, SGPS, S.A. (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas

¹ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

empresas).

Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, SA, da Sonae Capital, SGPS, S.A. e da Sonae Turismo, SGPS, S.A..

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Naturalidade: Vila Nova de Gaia

Data de nascimento: 14-09-1959

Estado Civil: casado

Filhos: 4

Curriculum académico

1982 Licenciado em Engenharia Civil (FEUP)

1988 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE)

Curriculum profissional

1982-1984 Projectista de Estruturas na Tecnopor

1984-1989 Técnico Superior na EDP (Energia)

1989-1991 Director do Projecto de Televisão na Sonae Tecnologias de Informação

1991-1994 Director de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos, SGPS, SA

Desde 1994 Administrador de várias empresas da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. (Retalho)

Desde 1996 CFO da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. e Administrador da Modelo Continente, SGPS, S.A. e de várias das suas filiais (Retalho)

Desde 2000 Vice-Presidente Executivo e CFO da Sonae, SGPS, SA, Administrador da Sonae Sierra, SGPS, SA, Administrador Executivo da Sonae Capital, SGPS, S.A. e Presidente da Comissão de Finanças da Sonae, SGPS, SA

Outros cargos

Desde 1989 Membro dos órgãos sociais da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)

Professor convidado do Instituto Superior de Estudos Empresariais

Cargos exercidos em outras sociedades¹

Membro do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Modelo Continente, SGPS, SA, pela Sonae Capital, SGPS, S.A. e pela Sonae Turismo, SGPS, S.A. (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas empresas).

¹ Esta lista não é exaustiva estando apenas incluídas as sociedades mais relevantes.

Membro do Conselho de Administração de:

- Sonae, SGPS, SA
- Sonae Sierra, SGPS, SA
- Sonae Capital, SGPS, SA
- Sonae Turismo, SGPS, SA
- Sonae Investments BV

Álvaro Carmona e Costa Portela

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Naturalidade: Porto
Estado Civil: casado

Data de nascimento: 04-07-1951
Filhos: 3

Curriculum académico

1974 Licenciado em Engenharia Mecânica (FEUP)
1983 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (Universidade Nova de Lisboa)
1997 AMP / ISMP - Harvard Business School

Curriculum profissional

1972-1976 Director de Laboratórios BIAL (Indústria Farmacêutica)
1974-1977 Assistente do Departamento de Mecânica (FEUP)
1976-1979 Presidente da Direcção da Laboratórios BIAL (Indústria Farmacêutica)
1979-1985 Administrador com responsabilidades nas áreas Financeira, Planeamento e Exportação da COPAM - Companhia Portuguesa de Amidos, SA (Indústria de Amidos) e várias empresas afiliadas
1985-1986 Director Geral Adjunto e posteriormente Director Geral da Módis (Logística e Compras na Sonae Distribuição)
1986-1991 Administrador, posteriormente Presidente da Comissão Executiva e posteriormente Presidente do Conselho de Administração da Sonae Distribuição, SGPS, SA
Desde 1990 Presidente da Comissão Executiva da Sonae Sierra, SGPS, SA
Desde 1999 Vice-presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA

Outros cargos

1999-2002 Co-fundador e Administrador da EPRA- European Public Real Estate Association
1996-2001 Membro do ICSC Europe Jury Award
Desde 2004 *Trustee* do European Shopping Centre Trust
Desde 2004 Membro do Eurohypo International Advisory Board
Desde 2005 *Trustee* do International Council of Shopping Centres

Cargos exercidos em outras sociedades

Membro do Conselho de Administração de:

- Sonae, SGPS, SA
- Sonae Sierra, SGPS, SA
- Sonae Capital, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonae Sierra, SGPS, S.A. (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados da empresa).

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

Curriculum Vitae

Dados pessoais

Naturalidade: Porto
Estado Civil: casado

Data de nascimento: 31-12-1965
Filhos: 3

Curriculum académico

1986 Licenciatura em Engenharia Química - Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne
1989 Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE)
1994 Executive Retailing Program - Babson College
1996 Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School
2002 IMD - Breakthrough Program for Senior Executives - Lausanne

Curriculum profissional

1988-1990 Analista e Director de Projectos de investimento na Sonae Tecnologias de Informação
1990-1993 Director de Projectos de Desenvolvimento Organizativo e Director Comercial de Novos Negócios na Sonae Indústria (Painéis Derivados de Madeira)
1993-1996 Director de Planeamento e Controlo de Gestão na Sonae Investimentos, SGPS, SA
1996-1998 Administrador da Modelo Continente Hipermercados. (Retailho)
1998-2000 Presidente da Comissão Executiva da Optimus (Operador de Telecomunicações Móveis).
Desde 2000 Presidente da Comissão Executiva da Sonaecom, SGPS, S.A. e Vice-Presidente Executivo da Sonae, SGPS, SA

Outros cargos

Desde 1988 Membro da APGEI (Associação Portuguesa de Gestão e Engenharia Industrial)
Desde 2000 Membro Fundador da EGP (Escola de Gestão do Porto)

2001-2002 Presidente da Apritel (Associação dos Operadores de Telecomunicações)
 2003 Co-autor do livro "Reformar Portugal"
 Desde 2004 Membro Grupo Consultivo "Compromisso Portugal"

Cargos exercidos em outras sociedades¹

Membro do Conselho de Administração de:

- Sonae, SGPS, SA
- Sonae Indústria, SGPS, SA
- Sonaecom, SGPS, SA
- Sonae Capital, SGPS, SA
- Efanor Investimentos, SGPS, SA
- Imparfin – Investimentos e Participações Financeiras, SGPS, SA

Presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonaecom, SGPS, S.A. (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados da empresa).

Nenhum dos administradores mencionados anteriormente detém acções na sociedade Modelo Continente, SGPS, SA.

Apresenta-se em seguida o histórico de cada um dos administradores acima referidos, como membros do Conselho de Administração da Modelo Continente, SGPS, S.A.:

- Eng.º. Belmiro Mendes de Azevedo

É administrador desde 13 de Abril de 1999 em mandatos ininterruptos de 1998 a 2001, de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009. Anteriormente foi eleito em 7 de Agosto de 1985, para o mandato que tinha o seu termo no ano de 1986 e posteriormente foi eleito para o mandato de 1987 a 1989, tendo renunciado em 31 de Março de 1989.

- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

É administrador desde 31 de Março de 1989 em mandatos ininterruptos de 1987 a 1989, de 1990 a 1993, de 1994 a 1997, de 1998 a 2001, de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009.

- Eng.º. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

É administrador desde 29 de Agosto de 1995 em mandatos ininterruptos de 1994 a 1997, de 1998 a 2001, de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009.

- Eng.º. Álvaro Carmona e Costa Portela

É administrador desde 31 de Março de 2006 para o mandato 2006 a 2009. Anteriormente foi eleito para o mandato de 1987 a 1989, posteriormente foi eleito para o mandato de 1990 a 1993, tendo renunciado em 26 de Março de 1991. Posteriormente foi eleito para o mandato de 1994 a 1997, tendo renunciado em 6 Setembro de 1996.

- **Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo.**

É administrador desde 31 de Março de 2006 para o mandato 2006 a 2009. Anteriormente foi eleito em 6 de Setembro de 1996 para o mandato de 1994 a 1997 e posteriormente foi eleito para o mandato de 1998 a 2001, tendo renunciado em 31 de Março de 2000 e sendo novamente reeleito para o mesmo mandato em 12 de Junho de 2001.

Adicionalmente, não existe qualquer Comissão Executiva, ou uma qualquer outra Comissão, com competências em matéria de gestão. Não foram constituídas comissões de controlo interno para avaliação da estrutura e governo societários uma vez que essa avaliação é efectuada no plenário do Conselho de Administração.

Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que, na generalidade dos casos, os administradores exercem funções de gestão nas sociedades pertencentes ou participadas pela Modelo Continente.

4.2 Remunerações

No exercício de 2006, os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações totais de 1.609.248 Euros no âmbito do Grupo Modelo Continente, das quais 855.888 Euros a título de prémio de desempenho.

O prémio de desempenho é indexado à evolução de um conjunto de indicadores financeiros que permitem o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses da sociedade e dos seus accionistas. Metade desse prémio tem carácter diferido, e apenas será liquidado em 2009, podendo ser majorado ou minorado em função da evolução da cotação.

O presidente do Conselho de Administração auferiu uma remuneração total de 50.000 Euros, com um carácter fixo. O conjunto dos membros executivos, auferiram em 2006, uma remuneração total 1.559.248 Euros, incluindo 855.888 Euros com respeito a prémio de desempenho. Os membros não executivos do Conselho de Administração não auferiram qualquer remuneração no seio do grupo Modelo Continente.

O Conselho de Administração considera que a informação sobre as suas remunerações prestada acima é suficientemente extensiva, e que a prestação dessa informação numa base individual, recomendada pela CMVM, se traduz num requisito excessivo de acordo com os princípios gerais que regem os deveres de informação, porque de utilidade marginal para o interesse dos accionistas.

4.3 Política de comunicação de irregularidades

A Modelo Continente dedica uma atenção muito especial à questão da detecção, responsabilização e correcção oportuna das irregularidades que eventualmente ocorram no seio da organização.

As questões mais frequentes prendem-se com incorrecções pontuais na operação de loja (ao nível do atendimento, da gama de produtos ou do equipamento físico, entre outros) sendo os cerca de 2.400.000 de clientes semanais que visitam as lojas da empresa em Portugal os principais detectores destas ocorrências. Muitos dos clientes deixam uma indicação das situações ocorridas ao fazer uma reclamação ou deixar uma sugestão junto da equipa de loja onde tais irregularidades foram detectadas.

A Modelo Continente valoriza muito estes contactos, na medida em que o cliente está a dar à empresa uma oportunidade de resolução do problema e de identificação de áreas de melhoria que o beneficiem directamente a si e a outros igualmente afectados.

De forma a tratar de forma cabal e atempada estas questões, a empresa desenvolveu há cerca de 10 anos um Sistema de Sugestões e Reclamações, com uma estrutura de pivots descentralizada em várias direcções da organização e sob o acompanhamento e responsabilidade directa do Conselho de Administração. A direcção de Marketing é responsável pela coordenação e controlo central de todo o processo, ainda que as questões sejam tratadas e respondidas pela entidade a quem o cliente se dirige, com conhecimento e co-responsabilidade das áreas específicas que estejam em causa (ex: Controlo de Qualidade, Departamento Jurídico, etc).

Ainda no ano de 2006, com a entrada em vigor, no dia 01 de Janeiro de 2006, do Dec. Lei 156/2005, que instituiu a obrigatoriedade do livro de reclamações nos estabelecimentos comerciais, foi o sistema anteriormente referido reforçado.

Simultaneamente, a Modelo Continente SGPS, S.A. (no âmbito do grupo Sonae) disponibiliza à sua equipa de colaboradores e público em geral o acesso ao Provedor.

O Provedor funciona como uma entidade que complementa o processo de sugestões e reclamações. Esta figura depende directamente do Presidente do Grupo Sonae, e tem por função dar andamento oportuno a reclamações, queixas ou sugestões que lhe são dirigidas por clientes, fornecedores e colaboradores da empresa.

As suas atribuições são a afirmação e promoção pela via apropriada dos direitos e interesses legalmente protegidos dos clientes, utentes ou fornecedores das empresas, a reposição da justiça e da regularidade violadas e a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços prestados pelas empresas. Pode ser contactado através do endereço electrónico provedor@sonae.pt, ou no seguinte endereço:

Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 1011 - 4471-909 Maia - Portugal
Tel: +351 22 010 4631 - Fax: +351 22 010 4784

Matosinhos, 12 de Março de 2007

Modelo Continente, SGPS, S.A.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 447º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

TÍTULOS DETIDOS PELOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS E RESPECTIVAS TRANSACÇÕES DURANTE 2006

ACÇÕES	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2006
Quantidade						
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO						
Belmiro Mendes de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					49.999.997	
Sonae, SGPS, SA					14.901	
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério						
Sonae, SGPS, SA					4.564	
Alvaro Carmona e Costa Portela						
Sonae, SGPS, SA					25.934	
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)					1	
Imparfin, SGPS, SA (3)					150.000	
Sonae, SGPS, SA						
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	11.05.2006	236.318	0		596.909	
Notas:						
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA					658.804.410	
Pareuro, BV (2)					20.000	
(2) Pareuro, BV						
Sonae, SGPS, SA					400.000.000	
(3) Imparfin, SGPS, SA						
Sonae, SGPS, SA					4.105.273	

Modelo Continente, SGPS, S.A.

ANEXO A QUE SE REFERE O ARTIGO 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

TITULARES DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

	Número de acções a 31.12.2006
Sonae, SGPS, SA (1)	824.780.810
Sonae Investments, BV	175.219.190
Notas:	
(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA	
Sonae, SGPS, SA	658.804.410
Pareuro, BV (2)	20.000
(2) Pareuro, BV	
Sonae, SGPS, SA	400.000.000

Modelo Continente, SGPS, S.A.

PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS

Dando cumprimento ao art.º 8.º alínea e) do Regulamento da CMVM nº 04/2004, indicamos os titulares de participações qualificadas a 31 de Dezembro de 2006:

Accionista	Nº de ações	% Direitos de voto
Sonae, SGPS, SA	824.780.810	82,48%
Sonae Investments, BV	175.219.190	17,52%
	Total imputável	1.000.000.000
		100,00%
Acções Próprias (1)	100.000.000	
	Total imputável	100.000.000

Nota:

(1) Adquiridas em 22 de Novembro de 2006

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS	
		31-12-2006	31-12-2005
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	7	1.245.522.480	1.159.162.807
Diferenças de consolidação	8	61.141.604	47.164.598
Imobilizações incorpóreas	7	149.164.529	61.715.276
Investimentos em empresas associadas	5,9	17.823.351	8.080.761
Outros investimentos financeiros	9	34.230.053	53.807.682
Impostos diferidos activos	14	23.413.248	24.126.376
Outros activos não correntes	10	1.825.831	839.152
Total de activos não correntes		1.533.121.096	1.354.896.652
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	15	340.651.297	325.206.095
Clientes		30.300.343	18.487.609
Outras dívidas de terceiros	11	75.878.963	174.993.339
Estado e outros entes públicos	12	58.282.812	37.793.072
Outros activos correntes	13	12.315.265	10.661.819
Outros investimentos financeiros	9	33.261.362	10.560.475
Caixa e equivalentes de caixa	16	359.415.148	563.855.996
Total de activos correntes		910.105.190	1.141.558.405
TOTAL DO ACTIVO		2.443.226.286	2.496.455.057
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	17	1.100.000.000	1.100.000.000
Acções Próprias		(205.000.000)	
Reservas e resultados transitados		(307.971.049)	(467.504.160)
Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe		158.079.602	214.122.570
Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe		745.108.553	846.618.410
Interesses Minoritários	18	10.930.910	8.717.734
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		756.039.463	855.336.144
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos bancários	19		1.400.000
Empréstimos obrigacionistas	19	593.166.278	592.279.778
Credores por locações financeiras	19, 20	8.051.112	8.197.376
Outros empréstimos	19	313.779	326.063
Outros passivos não correntes	22	13.001.800	17.719.446
Impostos diferidos passivos	14	36.985.189	37.487.973
Provisões	27	21.978.393	27.775.929
Total de passivos não correntes		673.496.551	685.186.565
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos bancários	19	163.539.818	164.093.367
Credores por locações financeiras	19, 20	4.195.233	4.119.488
Derivados	19, 21	116.043	198.293
Outros empréstimos	19	12.285	
Fornecedores	24	637.520.855	598.484.705
Outras dívidas a terceiros	25	77.110.117	89.880.848
Estado e outros entes públicos	12	44.717.120	29.088.267
Outros passivos correntes	26	86.339.698	70.067.380
Provisões	27	139.103	-
Total de passivos correntes		1.013.690.272	955.932.348
TOTAL DO PASSIVO		1.687.186.823	1.641.118.913
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		2.443.226.286	2.496.455.057

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

(Demonstrações de Resultados não auditadas)

	IFRS			
	4º Trimestre 2006	4º Trimestre 2005		TOTAL
	TOTAL	Actividades		
		Continuadas	Descontinuadas	
Proveitos operacionais:				
Vendas	863.287.660	805.484.023	242.560.562	1.048.044.585
Prestações de serviços	30.046.529	4.950.154	823.929	5.774.083
Outros proveitos operacionais	88.094.984	94.140.451	5.690.411	99.830.862
Total de proveitos operacionais	981.429.173	904.574.628	249.074.902	1.153.649.530
Custos operacionais:				
Custo das vendas	(673.146.983)	(632.256.310)	(188.871.019)	(821.127.329)
Fornecimentos e serviços externos	(107.115.180)	(76.389.357)	(30.799.173)	(107.188.530)
Custos com o pessoal	(88.937.904)	(81.984.051)	(27.557.374)	(109.541.425)
Amortizações e depreciações	(20.985.151)	(17.480.542)	(4.658.592)	(22.139.134)
Provisões e perdas por imparidade	49.223	92.605	(611.154)	(518.549)
Outros custos operacionais	(14.694.982)	(14.047.400)	(2.126.139)	(16.173.539)
Total de custos operacionais	(904.830.977)	(822.065.055)	(254.623.451)	(1.076.688.506)
Resultados operacionais	76.598.196	82.509.573	(5.548.549)	76.961.024
Resultados financeiros	(5.220.383)	(7.642.514)	(42.237)	(7.684.751)
Resultados relativos a empresas associadas	344.266	(1.359.835)	144.454	(1.215.381)
Resultados relativos a investimentos	(820.407)	13.482	89.303.833	89.317.315
Resultado antes de impostos	70.901.672	73.520.706	83.857.501	157.378.207
Imposto sobre o rendimento	(1.511.965)	(6.824.054)	(557.680)	(7.381.734)
Resultado depois de impostos	69.389.707	66.696.652	83.299.821	149.996.473
Resultado consolidado do trimestre	69.389.707	66.696.652	83.299.821	149.996.473
Atribuível a:				
Accionistas da Empresa-Mãe	68.882.978	66.302.508	83.299.821	149.602.329
Interesses Minoritários	506.729	394.144	-	394.144
Resultados por acção (básico e diluído)	0,07	0,06	0,08	0,14

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

	IFRS				
	Notas	31-12-2006	31-12-2005		TOTAL
		TOTAL	Continuadas	Descontinuadas	
Proveitos operacionais:					
Vendas	33	2.959.534.901	2.726.117.684	1.135.533.327	3.861.651.011
Prestações de serviços	33	131.025.942	19.272.399	3.701.147	22.973.546
Outros proveitos operacionais	34	268.460.965	269.214.290	73.462.997	342.677.287
Total de proveitos operacionais		3.359.021.808	3.014.604.373	1.212.697.471	4.227.301.844
Custos operacionais:					
Custo das vendas	15	(2.323.628.133)	(2.163.345.697)	(884.934.138)	(3.048.279.835)
Fornecimentos e serviços externos		(396.209.755)	(272.385.001)	(134.880.790)	(407.265.791)
Custos com o pessoal		(336.614.501)	(300.696.784)	(113.585.723)	(414.282.507)
Amortizações e depreciações	7	(80.340.741)	(69.238.310)	(22.246.655)	(91.484.965)
Provisões e perdas por imparidade	27	(4.591.593)	(800.929)	(9.115.840)	(9.916.769)
Outros custos operacionais	35	(42.651.395)	(40.106.500)	(27.007.225)	(67.113.725)
Total de custos operacionais		(3.184.036.118)	(2.846.573.221)	(1.191.770.371)	(4.038.343.592)
Resultados operacionais		174.985.690	168.031.152	20.927.100	188.958.252
Resultados financeiros	36	(18.561.033)	(27.568.281)	(18.424.666)	(45.992.947)
Resultados relativos a empresas associadas	9	836.951	260.299	485.334	745.633
Resultados relativos a investimentos	37	12.709.145	(434.322)	89.303.833	88.869.511
Resultado antes de impostos		169.970.753	140.288.848	92.291.601	232.580.449
Imposto sobre o rendimento	38	(9.709.157)	(17.140.447)	41.755	(17.098.692)
Resultado depois de impostos		160.261.596	123.148.401	92.333.356	215.481.757
Resultado consolidado do trimestre		160.261.596	123.148.401	92.333.356	215.481.757
Atribuível a:					
Accionistas da Empresa-Mãe	39	158.079.602	121.789.214	92.333.356	214.122.570
Interesses Minoritários		2.181.994	1.359.187		1.359.187
Resultados por acção (básico e diluído)	39	0,15	0,11	0,08	0,19

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe								Interesses Minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas Conversão	Reservas Cobertura	Outras Reservas Result. Transitados	Resultado Líquido	Total		
Saldo em 1 de Janeiro de 200€	17	1.100.000.00€	-	86.000.00€	8.384.88€	907.257	(672.289.083)	119.088.499	642.091.55€	7.331.008	649.422.567
Aplicação do resultado consolidado de 2004											
Transferência para reserva legal e resultados transitados		-	-	4.200.00€			114.888.49€	(119.088.499)	-	-	-
Variação nas reservas											
Geradas no exercício		-	-	-	127.910.02€	-	-	-	127.910.02€	-	127.910.020
Transferidas para resultados	6	-	-	-	(136.169.517)	(907.257)	-	-	(137.076.774)	-	(137.076.774)
Variação Perímetro Consolidaçãc		-	-	-	-	-	-	-	-	27.539	27.539
Outros		-	-	-	-	-	(428.965)	-	(428.965)	-	(428.965)
Resultado líquido consolidado do exercíci		-	-	-	-	-	-	214.122.57€	214.122.57€	1.359.187	215.481.757
Saldo em 31 de Dezembro de 200€		1.100.000.00€		90.200.00€	125.389	-	(557.829.549)	214.122.57€	846.618.41€	8.717.734	855.336.144
Saldo em 1 de Janeiro de 200€	17	1.100.000.00€	-	90.200.00€	125.389	-	(557.829.549)	214.122.57€	846.618.41€	8.717.734	855.336.144
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2005											
Transferência para reserva legal e resultados transitados		-	-	-	-	-	214.122.57€	(214.122.570)	-	-	-
Dividendos distribuídos	40	-	-	-	-	-	(55.000.000)	-	(55.000.000)	-	(55.000.000)
Aquisição de ações próprias	17		(205.000.000)	-	-	-	-	-	(205.000.000)	-	(205.000.000)
Variação nas reservas											
Variação de justo valor		-	-	-	-	-	22.000	-	22.000	-	22.000
Geradas no exercício		-	-	-	385.320	-	-	-	385.320	-	385.320
Entradas de novas Empresas	18	-	-	-	-	-	-	-	-	31.182	31.182
Outros		-	-	-	-	-	3.221	-	3.221	-	3.221
Resultado líquido consolidado do exercíci		-	-	-	-	-	-	158.079.602	158.079.602	2.181.994	160.261.596
Saldo em 31 de Dezembro de 200€		1.100.000.00€	(205.000.000)	90.200.00€	510.709	-	(398.681.758)	158.079.602	745.108.553	10.930.910	756.039.463

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-12-2006	31-12-2005		
		TOTAL	Actividades		TOTAL
			Continuadas	Descontinuadas	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:					
Recebimento de clientes		3.162.265.711	2.742.171.597	1.141.959.171	3.884.130.768
Pagamentos a fornecedores		(2.533.510.663)	(2.252.219.857)	(1.018.563.757)	(3.270.783.614)
Pagamentos ao pessoal		(331.977.598)	(289.643.314)	(103.882.106)	(393.525.420)
Fluxo gerado pelas operações		296.777.450	200.308.426	19.513.308	219.821.734
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		(18.178.530)	(16.588.337)	1.002.466	(15.585.871)
Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional		13.082.081	(30.085.939)	21.536.811	(8.549.128)
Fluxos das actividades operacionais (1)		291.681.001	153.634.150	42.052.585	195.686.735
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Investimentos financeiros		12.564.414	223.142	540.147.438	540.370.580
Alienação de subsidiárias	37	16.573.114	28.411.642	115.351	28.526.993
Outros investimentos financeiros	9	22.268.037	15.839.524	60.623.672	76.463.196
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		8.812.177	12.271.414	10.953.040	23.224.454
Juros e proveitos similares		162.169	64.641	-	64.641
Dividendos		1.102.358.000	185.428.992	214.008	185.643.000
Empréstimos concedidos		1.162.737.911	242.239.355	612.053.509	854.292.864
Pagamentos respeitantes a:					
Investimentos financeiros		235.751	(10.301.382)	-	(10.301.382)
Aquisição de subsidiárias	6	(43.275.936)	(11.081.013)	7.021.869	(4.059.144)
Outros investimentos financeiros	9	(220.199.054)	(223.913.989)	(46.147.434)	(270.061.423)
Imobilizações corpóreas e incorpóreas		(1.089.388.739)	(206.611.000)	-	(206.611.000)
Empréstimos concedidos		-	(63.500.000)	-	(63.500.000)
Outros		(1.352.627.978)	(515.407.384)	(39.125.565)	(554.532.949)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(189.890.067)	(273.168.029)	572.927.944	299.759.915
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:					
Recebimentos provenientes de:					
Empréstimos obtidos		1.639.076.000	1.049.743.621	201.675.731	1.251.419.352
Aumento de capital em filiais		16.000	-	-	-
Fluxos das actividades de financiamento (3)		1.639.092.000	1.049.743.621	201.675.731	1.251.419.352
Pagamentos respeitantes a:					
Empréstimos obtidos		(1.656.064.963)	(1.125.086.071)	(262.830.601)	(1.387.916.672)
Juros e custos similares		(27.879.887)	(42.096.921)	(26.723.978)	(68.820.899)
Dividendos		(54.999.980)	-	-	-
Aquisições de acções (quotas) próprias		(205.000.000)	-	-	-
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(1.943.944.830)	(1.167.182.992)	(289.554.579)	(1.456.737.571)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(304.852.830)	(117.439.371)	(87.878.848)	(205.318.219)
Efeito das diferenças de câmbio		(203.061.896)	(236.973.250)	527.101.681	290.128.431
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		20.759	(6.988.813)	(7.947.086)	(14.935.899)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	16	(560.773.649)	(226.754.010)	(28.955.309)	(255.709.319)
	6,16	357.690.994	(3.230.427)	564.004.076	560.773.649

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Modelo Continente”) tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4 e 5 (“Grupo Modelo Continente”).

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras cuja moeda funcional não seja o Euro são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no ponto 2.2.d).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade de operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 4 e 5) as quais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor em 1 de Janeiro de 2006 conforme adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados ao justo valor (Nota 2.11).

A 31 de Dezembro de 2006, a IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros" estava já emitida, mas a sua aplicação apenas é obrigatória para os exercícios com início em ou posterior a 1 de Janeiro de 2007, tendo a Modelo Continente, SGPS, SA decidido não optar pela adopção antecipada da mesma. Da aplicação desta norma resultará apenas um acréscimo de informação divulgada.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a filial subseqüentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica resultados relativos a empresas associadas após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, situação em que é registada uma provisão por aqueles montantes.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmemente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 5.

c) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica Diferenças de consolidação ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 8). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e Resultados Transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31.12.06		31.12.05	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Real brasileiro	0,35564	0,36658	0,36443	0,33279

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o exercício de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Locações

Situações em que o Grupo age como Locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Situações em que o Grupo age como Locador

Na situação em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos no balanço do Grupo e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.6. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha

incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

2.7. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. Existências

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou do custo médio ponderado.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor líquido de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11. Instrumentos financeiros

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor

acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, “forwards” de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede também à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de passivo corrente - Empréstimos Bancários.

i) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como dedução ao Capital Próprio. Os ganhos ou perda resultantes da alienação de acções próprias são reconhecidos directamente em Capital Próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.12. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae, SGPS, S.A.

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de acções ou opções sobre acções removíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.14. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial.

No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.15. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos recebidos ou a receber são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.16. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f)).

2.17. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.18. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados os segmentos geográficos aplicáveis ao Grupo, não tendo sido identificados segmentos secundários.

A informação financeira relativa aos segmentos geográficos identificados é incluída na Nota 40.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido 31.12.06		Percentagem do Capital detido 31.12.05	
		Directo	Total	Directo	Total
Empresa mãe					
Modelo Continente SGPS, S. A.	Matosinhos				
Modelo Continente					
Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
b) Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%		
Bikini, Portal de Mulheres, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cacetinho – Comércio Retalhista e Expl. Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente – Industria e Distribuição Carnes, S.A.	Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	Castelo Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Distrifin - Comercio y Prestacion de Servicios, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor – Design e Serviços, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Efanor - Industria de Fios, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
a) Equador & Mendes - Agencia de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	75,00%	67,50%	-	-
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, S.A.	Madeira	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
a) Exit - Travel - Agencia de Viagens e Turismo On Line, S.A.	Maia	100,00%	90,00%	-	-
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	Maia	100,00%	100,00%	99,98%	99,98%
Global S Hipermercado, Lda.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
IGI – Investimento Imobiliário, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoponte – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
f) Informeios - Projectos e Representações, S.A.	Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infofield – Informática, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Inventory - Acessórios de Casa, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	Budapest	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Maxoffice – Artigos e Serviços para Escritório, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A.	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
e) Modis International Trade, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
c) Modelo Investimentos Brasil, S.A.	São Paulo(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido 31.12.06		Percentagem do Capital detido 31.12.05	
		Directo	Total	Directo	Total
		Modis - Distribuição Centralizada, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%
a) Nova Equador Internacional - Agencia de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	75,00%	67,50%	-	-
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	Ermesinde	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
h) Parcium Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	-	-
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peixes do Continente-Indústria e Distribuição de Peixes, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
g) Solaris Supermercados, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, B.V.	Amsterdã(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
c) Sonae Capital Brasil, Ltda	São Paulo(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-
d) SM Empreendimentos Imobiliários, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Retalho Espanha – Servicios Generales, S.A.	Madrid(Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, B.V.	Amsterdã(Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SRE - Projectos e Consultadoria, S.A.	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
a) Star-Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	90,00%	90,00%	50,00%	50,00%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor.Centros Comerciais, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, conforme indicado na Nota 2.2.a).

- a) Em 31 de Janeiro de 2006 foi adquirida uma participação adicional correspondente a 40% do capital social da Star – Viagens e Turismo, S.A. que implicou a alteração do método de consolidação daquela empresa e das respectivas filiais (equivalência patrimonial em Dezembro de 2005).
- b) Filial adquirida em 26 de Maio de 2006.
- c) A filial Modelo Investimentos Brasil, Ltda, foi incorporada por fusão na Sonae Capital Brasil, Ltda. em 31 de Março de 2006.
- d) A filial Sonae Medicamentos, Ltda alterou a designação social para SM Empreendimentos Imobiliários, Ltda.
- e) A Filial Modis International Trade, S.A., foi incorporada por fusão na Sonae Retalho Espanha S.A. em 12 de Junho de 2006.
- f) Filial liquidada em 25 de Agosto de 2006.
- g) A Filial Pinto Ribeiro - Supermercados, S.A., alterou a designação social para Solaris Supermercados, S.A.
- h) Filial adquirida em 21 de Dezembro de 2006.

5. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido		Valor de balanço	
		31.12.06		31.12.05		31.12.06	31.12.05
		Directo	Total	Directo	Total		
c) Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	Maia	33,81%	33,81%	-	-	13.734.183	-
a) Star - Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	-	-	50,00%	50,00%	-	7.478.262
b) Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A.	Lisboa	33,33%	33,33%	-	-	3.023.478	-
Sonaegest - Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Maia	40,00%	40,00%	40,00%	40,00%	558.894	554.402
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	506.796	48.097
						17.823.351	8.080.761

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.b).

- a) Em resultado da aquisição adicional de 40% de capital passou a ser considerada como filial e conseqüentemente consolidada pelo método de integração global.
- b) Associada adquirida em 31 de Janeiro de 2006.
- c) Associada adquirida em 31 de Julho de 2006.

Adicionalmente, os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas era como segue:

	Total de activos		Total de passivos		Proveitos		Resultado líquido do exercício	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	65.406.375	-	24.787.718	-	1.622.716	-	618.857	-
Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A. a)	13.086.899	-	12.092.222	-	62.294.681	-	495.712	-
Sonaegest - Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	1.496.438	1.441.631	99.199	55.623	406.916	284.670	20.693	(12.313)
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, S.A.	15.011.792	13.929.542	12.984.606	12.310.978	59.443.674	57.252.845	408.622	91.578
	95.001.504	15.371.173	49.963.745	12.366.601	123.767.987	57.537.515	1.543.884	79.265

- a) Foi considerado nas contas consolidadas a informação a Novembro de 2006, em virtude de não estar ainda disponível a informação relativa às contas de Dezembro de 2006.

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foram as seguintes:

Aquisições

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido		Percentagem do Capital detido	
		31.12.06		31.12.05	
		Directo	Total	Directo	Total
Bertimóvel-Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	100,00%	100,00%		
Equador & Mendes-Agencia de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	75,00%	67,50%	50,00%	37,50%
Exit-Travel-Agencia de Viagens e Turismo On Line, S.A.	Maia	100,00%	90,00%	50,00%	25,00%
Nova Equador Internacional-Agencia de Viagens e Turismo, Lda	Lisboa	75,00%	67,50%	50,00%	37,50%
Star-Viagens e Turismo, S.A.	Lisboa	90,00%	90,00%	50,00%	50,00%
Parcium Imobiliária, S.A.	Porto	100,00%	100,00%		

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2006:

	Viagens		Outras	
	Valor Contabilístico	Valor Contabilístico	Imputação Justo Valor	Valor Total
Activos líquidos adquiridos				
Imobilizações corpóreas e incorpóreas (nota 7)	5.497.807	12.393.731		17.891.538
Investimentos	12.143			12.143
Outros activos correntes	17.916.289	1.069.962	83.181	19.069.432
Caixa e equivalentes de caixa	974.431	7.339.573		8.314.004
Impostos diferidos	1.035.918	(128)		1.035.790
Empréstimos	(1.256.399)	(21.496)		(1.277.895)
Outros passivos	(27.157.208)	(12.766.211)		(39.923.419)
	<u>(2.977.019)</u>	<u>8.015.431</u>	<u>83.181</u>	<u>5.121.593</u>
Diferenças de consolidação (Nota 8)	8.685.939	651.388		9.337.327
Interesses minoritários	11.809			11.809
Provisão constituída em exercícios anteriores em resultado da aplicação do método de equivalência patrimonial (Nota 27)	775.929			775.929
Preço de aquisição	<u>6.496.658</u>	<u>8.666.819</u>		<u>15.246.658</u>
Pagamentos efectuados	6.496.658	1.550.000		8.046.658
Montantes a pagar no futuro		7.200.000		7.200.000
	<u>6.496.658</u>	<u>8.750.000</u>		<u>15.246.658</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição				
Pagamentos efectuados	6.496.658	1.550.000		8.046.658
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(974.431)	(7.339.573)		(8.314.004)
	<u>5.522.227</u>	<u>(5.789.573)</u>		<u>(267.346)</u>
Participações adicionais adquiridas em filiais				31.595
				<u>(235.751)</u>

Os impactos das aquisições acima na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

Proveitos operacionais	117.436.998
Custos operacionais	(116.039.874)
Resultado financeiro	<u>(191.559)</u>
Resultado antes de impostos	1.205.565
Imposto sobre o rendimento	<u>(786.528)</u>
Resultado líquido	<u><u>419.037</u></u>

Caso as aquisições efectuadas tivessem sido reportadas a 1 de Janeiro de 2006 o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 viria alterado em 288.357,57 Euros e os proveitos operacionais viriam aumentados em 6.423.345 Euros.

As principais aquisições e alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 foram as seguintes:

Aquisições

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido	
		31.12.2005	
		Directo	Total
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A.	Maia	100,00%	100,00%
Pinto Ribeiro - Supermercados, S.A.	Viana do Castelo	100,00%	100,00%
Canasta-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%
MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Maia	100,00%	100,00%
Selifa-Soc. de Empreend. Imobiliários de Fafe,S.A.	Maia	100,00%	100,00%
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	Lisboa	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	Maia	99,98%	99,98%

Efeito das aquisições e alienações

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2005:

	Data de aquisição		
	Valor Contabilístico	Imputação Justo Valor	Justo Valor Data Aquisição
Activos líquidos adquiridos			
Imobilizações corpóreas e incorpóreas	178.668.216	4.753.375	183.421.591
Existências	489.222		489.222
Outros activos correntes	1.799.942		1.799.942
Caixa e equivalentes a caixa	16.878.724		16.878.724
Impostos diferidos	629.619	(1.588.037)	(958.418)
Empréstimos	(592.712)		(592.712)
Outros passivos	<u>(38.186.216)</u>		<u>(38.186.216)</u>
	<u>159.686.795</u>	<u>3.165.338</u>	<u>162.852.133</u>
Interesses Minoritários			(27.732)
Diferenças de consolidação geradas (Nota 8)			3.363.961
Preço de aquisição			<u>166.188.362</u>
Pagamentos efectuados			6.577.342
Montantes a pagar no futuro			<u>159.611.020</u>
			<u>166.188.362</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição			
Pagamentos efectuados			6.577.342
Caixa e equivalentes a caixa adquiridos			<u>(16.878.724)</u>
			<u>(10.301.382)</u>

Os impactos das aquisições na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

Proveitos operacionais	1.910.571
Custos operacionais	<u>(2.263.501)</u>
Resultado financeiro	<u>(103.893)</u>
Resultado antes impostos	<u>(456.823)</u>
Imposto sobre o rendimento	<u>(29.657)</u>
Resultado líquido	<u><u>(427.166)</u></u>

Se as empresas adquiridas durante o exercício de 2005, tivessem sido consolidadas com referência a 1 de Janeiro de 2005, o Resultado Líquido Consolidado relativo a 2005 seria superior em aproximadamente 6 milhões de euros.

Alienações

Firma	Sede Social	Percentagem do Capital detido 31.12.2005		Percentagem do Capital detido 31.12.2004	
		Directo	Total	Directo	Total
		Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A.	Matosinhos	-	-
Sonae Distribuição Brasil, S.A.	(a) Porto Alegre(Brasil)	98,45%	98,45%	96,56%	96,56%
Sonae Promotora de Vendas. Ltdª	(a) Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-
Modelo Investimentos Financeiros, Ltdª	(a) Porto Alegre(Brasil)	100,00%	100,00%	-	-

(a) Filiais classificadas como actividades descontinuadas.

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação são os seguintes:

	Filial Alienada	Actividade Descontinuada
	Data alienação	Data alienação
Activos líquidos alienados		
Imobilizações corpóreas	6.108.843	259.485.452
Imobilizações incorpóreas		16.621.726
Diferenças de consolidação		290.966.757
Outros activos não correntes		57.559.863
Impostos diferidos activos		42.774.185
Existências		137.142.840
Outros activos correntes	168	89.809.803
Caixa e equivalentes a caixa	325.142	23.856.638
Outros passivos não correntes	(332.000)	(60.554.885)
Impostos diferidos passivos		(5.710.217)
Outros passivos correntes	(6.005.462)	(265.186.050)
	96.691	586.766.112
Reservas de conversão		(136.169.517)
Outros Encargos com alienação		24.103.648
	96.691	474.700.243
Ganho ou perda na alienação	5.309	89.303.833
Preço da alienação	102.000	564.004.076
Recebimentos efectivados	102.000	564.004.076
Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação		
Recebimentos efectivados	102.000	564.004.076
Caixa e equivalentes a caixa alienados	(325.142)	(23.856.638)
	(223.142)	540.147.438
Valor a receber		8.550.000
Dívida financeira à data de alienação		86.302.562
Valor do negócio		<u><u>635.000.000</u></u>

Os outros encargos com a alienação incluem basicamente o registo de uma provisão no montante de 27.000.000 euros (em 31 de Dezembro de 2006 esta provisão ascendia a 21.978.394 Euros) para fazer face a responsabilidades futuras (Nota 27) bem como o proveito de 8.550.000 euros registado na rubrica de Dívidas de Terceiros (Nota 11). Este montante é relativo a valores a receber da sociedade que adquiriu a Sonae Distribuição Brasil e que será liquidado aquando do exercício, por parte dos anteriores accionistas, da opção de venda que detêm sobre a Modelo Investimentos Brasil, S.A. (entretanto incorporada por fusão na Sonae Capital Brasil, S.A.)

A opção de venda está registada nas demonstrações financeiras consolidadas na rubrica de passivo Outras dívidas a terceiros pelo montante de 74.139.801 reais, cerca de 27 milhões de euros (Nota 25).

Durante o exercício de 2006 os anteriores accionistas da Sonae Distribuição Brasil exerceram 50% da opção de venda que detinham sobre o Grupo Modelo Continente, pelo que os valores registados nas rubricas Dívidas de Terceiros (Nota 11) e Outras dívidas a terceiros (Nota 25) ascendiam em 31 de Dezembro de 2006 a 4.425.465 Euros e 37.069.900 reais (cerca de 13 milhões de Euros), respectivamente.

Do preço de alienação dos activos do Brasil, encontra-se depositado numa Escrow Account o montante de 63.500.000 euros, como garantia de contingências assumidas no contrato de venda (Nota 9).

Os resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005 até à data de alienação destas sociedades podem ser detalhados como segue:

	Filial alienada 2005	Actividade Descontinuada 2005
Vendas		1.135.533.327
Outros proveitos operacionais		77.164.144
Custo das Vendas		(884.934.138)
Outros custos operacionais	(10.740)	(306.836.233)
Resultado financeiro	60.778	(17.939.332)
Resultado antes impostos	50.038	2.987.768
Imposto sobre o rendimento	(13.761)	41.755
Resultado líquido	36.277	3.029.523
Ganho ou perda na alienação	5.309	89.303.833
	<u>41.586</u>	<u>92.333.356</u>

7. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Durante os exercícios de 2006 e 2005 o movimento ocorrido no valor das immobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Imobilizações corpóreas - exercício de 2006

	Terrenos e edificios	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado corpóreo b)	Total corpóreo
Activo bruto:										
Saldo inicial	978.230.779	405.610.342	14.117.345	89.651.881	5.710.422	80.429	1.950.524	38.286.374	5.848.553	1.539.486.649
Variações do perímetro - Aquisições	10.867.929	1.606.960	-	2.103.400	92.475	-	87.713	1.467.690	887.860	17.114.027
Investimento	14.186.123	1.307.352	89.371	5.104.729	42.819	-	632.350	136.010.175	10.411.186	167.784.105
Desinvestimento	(20.839.853)	(16.162.273)	(510.542)	(1.477.901)	(81.621)	-	(32.657)	(133.308)	-	(39.238.155)
Efeito da conversão cambial	(151.002)	(28.885)	(1.427)	(13.490)	-	-	33	(4.013)	-	(198.784)
Transferências / abates	45.494.675	86.710.079	1.651.654	777.664	2.555.280	-	(631.841)	(146.223.978)	-	(9.666.467)
Saldo final	1.027.788.651	479.043.575	15.346.401	96.146.283	8.319.375	80.429	2.006.122	29.402.940	17.147.599	1.675.281.375
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
Saldo inicial	111.186.506	198.616.711	11.511.048	53.769.753	3.401.061	80.429	1.758.334	-	-	380.323.842
Variações do perímetro - Aquisições	479.243	438.036	-	1.156.155	8.514	-	56.986	-	-	2.138.934
Depreciação do exercício	16.879.167	40.167.142	975.817	10.263.167	1.207.842	-	45.452	-	-	69.538.587
Desinvestimento	(156.148)	(12.249.774)	(456.175)	(1.108.825)	(75.916)	-	(32.657)	-	-	(14.079.495)
Efeito da conversão cambial	(8.336)	(4.285)	(262)	(2.607)	-	-	-	-	-	(15.490)
Transferências / abates	334.619	(2.522.222)	(19.360)	(5.939.509)	3.034	-	(4.045)	-	-	(8.147.483)
Saldo final	128.715.051	224.445.608	12.011.068	58.138.134	4.544.535	80.429	1.824.070	-	-	429.758.895
Valor líquido	899.073.600	254.597.967	3.335.333	38.008.149	3.774.840	-	182.052	29.402.940	17.147.599	1.245.522.480

Imobilizações incorpóreas - exercício de 2006

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Indust. e outros direitos (c)	Software	Trespases	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilizado em curso a)	Adiantamentos Imobilizado incorpóreo b)	Total incorpóreo
Activo bruto:								
Saldo inicial	369.198	3.930.825	86.413.655	11.679.303		7.374.640		109.767.621
Variações do perímetro - Aquisições		26.400	1.498.648	3.051.103		626.982		5.203.133
Investimento		75.307.566	114.140	50.000		19.144.076	459.500	95.075.282
Desinvestimento			(2.478)					(2.478)
Efeito da conversão cambial			(3.113)					(3.113)
Transferências/Abates	95.642	4.724.248	10.282.895	(871.699)		(13.826.328)	(184.500)	220.258
Saldo final	464.840	83.989.039	98.303.747	13.908.707	-	13.319.370	275.000	210.260.703
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial	71.896	1.813.564	35.776.724	10.390.161				48.052.345
Variações do perímetro - Aquisições		19.670	797.700	1.469.318				2.286.688
Depreciação do período	76.412	910.988	8.882.504	932.250				10.802.154
Desinvestimento			(826)					(826)
Efeito da conversão cambial			(946)					(946)
Transferências/Abates		584.955	(573.145)	(55.051)				(43.241)
Saldo final	148.308	3.329.177	44.882.011	12.736.678	-	-	-	61.096.174
Valor líquido	316.532	80.659.862	53.421.736	1.172.029	-	13.319.370	275.000	149.164.529

- a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo”, referem-se aos seguintes projectos:

	31.12.06	31.12.05
Remodelação e Expansão de lojas em Portugal	27.214.918	36.850.888
Licenças de instalação	3.352.407	3.621.399
Projectos informáticos	8.752.631	3.113.895
	<u>39.319.956</u>	<u>43.586.182</u>

- b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas”, referem-se fundamentalmente a projectos de lojas Modelo e Continente para os quais foram efectuados os respectivos adiantamentos.
- c) Durante o primeiro semestre de 2006, o Grupo adquiriu à Sonae, SGPS, S.A. um conjunto de marcas comerciais, incluindo a marca Continente, pelo montante global de 75.000.000 Euros.

Este conjunto de marcas foi classificado como um activo intangível com vida útil indefinida pelo que não se encontra a ser amortizado.

Imobilizações corpóreas- exercício de 2005

	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento Transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Taras e vasilhame	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizado em curso	Adiantamentos Imobilizado corpóreo	Total corpóreo
Activo bruto:										
Saldo inicial	828.855.869	556.452.919	17.713.519	118.774.183	4.576.316	251.533	1.892.006	33.632.508	27.621.815	1.589.770.668
Variações do perímetro - Aquisições (b) (Nota 6)	182.331.961	1.304.691	64.413	121.028	-	-	-	-	-	183.822.093
Variações do perímetro - Alienações (b) (Nota 6)	(117.394.899)	(240.883.468)	(5.849.337)	(36.916.027)	-	-	-	(10.159.425)	(608.298)	(411.811.454)
Investimento	24.545.309	11.954.433	960.674	3.965.562	84.551	-	5.031	139.045.509	2.795.418	183.356.487
Desinvestimento (a)	(50.258.449)	(43.480.899)	(1.824.503)	(8.366.827)	(620.927)	(171.104)	(132.797)	(674.956)	-	(105.530.262)
Efeito da conversão cambial	33.552.124	61.204.665	1.382.359	9.351.436	-	-	479	992.362	55.474	106.538.899
Transferências / abates	76.598.864	59.057.801	1.670.220	2.722.526	1.670.482	-	185.805	(124.549.624)	(24.015.856)	(6.659.782)
Saldo final	978.230.779	405.610.342	14.117.345	89.651.881	5.710.422	80.429	1.950.524	38.286.374	5.848.553	1.539.486.649
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas										
Saldo inicial	112.412.641	255.785.555	14.475.941	64.929.062	3.305.830	251.533	1.875.357	-	-	453.035.919
Variações do perímetro - Aquisições (b)	126.459	226.526	22.789	24.728	-	-	-	-	-	400.502
Variações do perímetro - Alienações (c)	(17.190.937)	(104.671.446)	(3.821.090)	(20.533.686)	-	-	-	-	-	(146.217.159)
Depreciação do exercício	15.346.683	49.649.555	1.446.452	13.106.290	720.276	-	18.685	-	-	80.287.941
Desinvestimento	(4.688.339)	(23.523.113)	(1.510.008)	(5.778.125)	(616.284)	(171.104)	(132.788)	-	-	(36.419.761)
Efeito da conversão cambial	4.346.911	24.273.321	895.572	4.798.191	-	-	-	-	-	34.313.995
Transferências / abates	833.088	(3.123.687)	1.392	(2.776.707)	(8.761)	-	(2.920)	-	-	(5.077.595)
Saldo final	111.186.506	198.616.711	11.511.048	53.769.753	3.401.061	80.429	1.758.334	-	-	380.323.842
Valor líquido	867.044.273	206.993.631	2.606.297	35.882.128	2.309.361	-	192.190	38.286.374	5.848.553	1.159.162.807

Imobilizações incorpóreas - exercício de 2005

	Despesas de desenvolvimento	Propriedade Indust. e outros direitos	Software	Trespases	Outras Imobilizações Incorpóreas	Imobilizado em curso	Adiantamentos Imobilizado incorpóreo	Total incorpóreo
Activo bruto:								
Saldo inicial	233.669	5.011.725	80.410.148	11.679.303	-	3.681.437	-	101.016.282
Variações do perímetro - Alienações (b) (Nota 6)	-	(13.696.463)	(10.401.826)	-	-	-	-	(24.098.289)
Investimento	-	10.955.029	1.452.260	-	-	18.331.285	-	30.738.574
Desinvestimento	-	(816.716)	(1.042.853)	-	-	(74.568)	-	(1.934.137)
Efeito da conversão cambial	-	1.579.230	2.278.160	-	-	-	-	3.857.390
Transferências/Abates	135.529	898.020	13.717.766	-	-	(14.563.514)	-	187.801
Saldo final	369.198	3.930.825	86.413.655	11.679.303	-	7.374.640	-	109.767.621
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial	22.903	1.989.451	32.099.533	9.489.173	-	-	-	43.601.060
Variações do perímetro - Alienações (b) (Nota 6)	-	(1.048.430)	(6.428.133)	-	-	-	-	(7.476.563)
Depreciação do exercício	48.993	1.280.940	8.966.106	900.985	-	-	-	11.197.024
Desinvestimento	-	(559.730)	(303.918)	-	-	-	-	(863.648)
Efeito da conversão cambial	-	146.878	1.444.530	-	-	-	-	1.591.408
Transferências/Abates	-	4.455	(1.394)	3	-	-	-	3.064
Saldo final	71.896	1.813.564	35.776.724	10.390.161	-	-	-	48.052.345
Valor líquido	297.302	2.117.261	50.636.931	1.289.142	-	7.374.640	-	61.715.276

a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica “desinvestimento” referentes a Terrenos e Edifícios e Equipamento Básico são referentes à alienação pela Sonae Distribuição Brasil, S.A. de um conjunto de 10 estabelecimentos comerciais que explorava sob a insígnia Big, no Estado de S. Paulo, Brasil. A alienação representou um encaixe financeiro de, aproximadamente, 326 milhões de Reais e uma mais valia consolidada de, aproximadamente, 29 milhões de euros, registados na rubrica Outros Proveitos Operacionais (Nota 34).

b) Os valores mais significativos incluídos nas rubricas de “Imobilizado corpóreo” e “Imobilizado incorpóreo “Variações do perímetro de consolidação - Alienações”, são referentes à alienação das filiais no Brasil (valor líquido 276.107.178 euros).

c) Os valores mais significativos incluídos nas rubricas de “Imobilizado corpóreo” “Variações do perímetro de consolidação - Aquisições”, são referentes à compra de Unidades de Participação em Fundos Imobiliários que detêm, na sua quase totalidade, activos imobiliários associados à exploração da actividade de retalho em Portugal (174.980.901 euros) e empresas adquiridas cujos activos são quase na sua totalidade “Terrenos” (cerca de 8 milhões de euros).

8. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício de 2006 e 2005, o movimento ocorrido nas diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Valor Bruto:		
Saldo inicial	47.164.598	265.293.994
Novas empresas no consolidado (Nota 6)	9.337.327	3.363.961
Transferências (Nota 9)	7.478.262	-
Diminuições (Nota 6)		(290.966.757)
Varição cambial		69.473.400
Saldo final	63.980.187	47.164.598
Perdas por imparidade acumuladas:		
Aumentos (nota 27)	2.838.583	-
Saldo final	2.838.583	-
Valor líquido	61.141.604	47.164.598

A Diminuição do valor de Diferenças de Consolidação durante o ano de 2005, está associado à alienação das filiais no Brasil.

O montante apresentado como transferências refere-se integralmente às diferenças de consolidação da filial Star-Viagens e Turismo, S.A., que se encontravam em 31 de Dezembro de 2005 registadas na rubrica de "Investimentos em empresas associadas" (Nota 9) e que foram transferidas para esta rubrica em resultado da aquisição adicional de 40% daquela sociedade (nota 6).

9. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31.12.06		31.12.05	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
<u>Investimentos em associadas</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	8.080.761	-	40.536.824	-
Aquisições durante o exercício	16.383.901	-	7.622.547	-
Alienações durante o período	-	-	(39.491.435)	-
Transferências (nota 8)	(7.478.262)	-	-	-
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	836.951	-	(587.175)	-
Saldo em 31 de Dezembro	17.823.351	-	8.080.761	-
<u>Outros Investimentos Financeiros</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	54.278.095	10.500.000	1.278.095	-
Aquisições durante o exercício	11.335.309	1.512.346	53.000.000	10.500.000
Alienações durante o exercício	(11.308.993)	(778.925)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	1.921.716	(442.863)	-	-
Transferências	(22.421.346)	22.421.346	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	33.804.781	33.211.904	54.278.095	10.500.000
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 27)	(474.728)	-	(470.413)	-
	33.330.053	33.211.904	53.807.682	10.500.000
<u>Instrumentos Financeiros derivados</u>				
Justo valor em 1 de Janeiro	-	60.475	-	87.325.645
Aquisições durante o exercício	-	49.458	-	-
Alienações durante o exercício	-	(60.475)	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-	-	(87.265.170)
Saldo em 31 de Dezembro	-	49.458	-	60.475
<u>Adiantamentos para Investimentos Financeiros</u>				
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	7.760.486	-
Aquisições concretizadas durante o período	900.000	-	(8.947.081)	-
Efeito da actualização cambial	-	-	1.186.595	-
Saldo em 31 de Dezembro	900.000	-	-	-
Total em outros Investimentos Financeiros	52.053.404	33.261.362	61.888.443	10.560.475

As aquisições e alienações de investimentos ocorridas no exercício de 2006 foram as seguintes:

Empresas	Alienações		Aquisições	
	Preço total	Valor recebido	Preço total	Valor pago
Fundo de Investimento Imobiliário fechado Imosedo	-	-	13.525.000	13.525.000
Mundo VIP - Operadores Turísticos, S.A.	-	-	2.846.757	2.846.757
Aquisição de acções e venda subsequente (Notas 11 e 25)	4.425.465	4.425.465	13.183.888,00	13.183.888,00
Outros	12.147.649	12.147.649	13.720.291	13.720.291
	<u>16.573.114</u>	<u>16.573.114</u>	<u>43.275.936</u>	<u>43.275.936</u>

O detalhe dos outros investimentos financeiros é como segue:

- a) 1.316.522 Euros (1.278.095 Euros em 31 de Dezembro de 2005), corresponde fundamentalmente a acções em empresas. Os investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável mantêm-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade. As acções em empresas cotadas são registadas pelo seu justo valor.
- b) 65.000.740 euros (63.500.000 Euros em 31 de Dezembro de 2005), relativos a montantes depositados numa Escrow Account e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de rating superior, estando este montante repartido entre activo corrente 32.500.370 Euros (10.500.000 Euros em 31 de Dezembro de 2005) e activo não corrente 32.500.370 Euros (53.000.000 Euros em 31 de Dezembro de 2005) de acordo com o prazo de vencimento da garantia prestada.

10. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Empréstimos concedidos a empresas associadas	1.006.538	
Clientes e outros devedores	819.293	839.152
	<u>1.825.831</u>	<u>839.152</u>

Os valores registados em Clientes e outros devedores não correntes, correspondem fundamentalmente a Depósitos judiciais efectuados por uma filial brasileira.

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Outros devedores		
Fornecedores c/c-saldos devedores	27.974.728	28.107.111
Regime esp.reg.dívidas ao Fisco e Seg.Social(Dec.Lei 248-A)	14.576.053	14.576.053
Iva-Imóveis	15.533.273	8.572.458
Vendas de imobilizado	8.148.867	324.191
Vendas c/ créditos s/ terceiros	4.226.904	2.070.958
Subsídios à Exploração	1.999.584	
Outros	9.549.364	31.659.410
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	333.380	75.201.741
Outros empréstimos concedidos (nota 30)		21.018.647
	<u>82.342.153</u>	<u>181.530.569</u>
Perdas de imparidade acumuladas (nota 27)	(6.463.190)	(6.537.230)
	<u>75.878.963</u>	<u>174.993.339</u>

A rubrica "Outros" inclui: valores a receber relativos à venda das filiais no Brasil no montante de 4.425.465 Euros (8.550.000 Euros em 31 de Dezembro de 2005); bem como IVA a recuperar relativo às operações das agências de viagens de acordo com D.L.221/85 no montante de 1.083.925 euros.

Em 31 de Dezembro de 2005 este valor inclui ainda o montante de 17.585.870 euros a receber de entidades relacionadas referente a receitas com abertura de lojas.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social, corresponde basicamente a impostos pagos, que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável para o Grupo factu pelo qual não registou qualquer perda por imparidade relativamente a estes activos.

A rubrica Subsídios à Exploração corresponde a montantes a receber de entidades governamentais a título de subsídios à exploração, fundamentalmente para fazer face a custos com formação. Durante o exercício foram reconhecidos proveitos no montante de 1.771.027 Euros relacionados com estes subsídios (nota 34).

12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Valores devedores		
Imposto sobre o rendimento	15.165.745	7.734.512
Imposto sobre o valor acrescentado	42.325.229	29.048.377
Outros Impostos	791.838	1.010.183
	<u>58.282.812</u>	<u>37.793.072</u>
Valores credores		
Imposto sobre o rendimento	7.875.537	11.322.140
Imposto sobre o valor acrescentado	29.069.914	10.702.313
Retenção na Fonte - IRS trabalho dependente	1.444.148	1.403.121
Contribuições para a Segurança Social	6.265.659	5.594.173
Outros Impostos e Retenção na Fonte	61.862	66.520
	<u>44.717.120</u>	<u>29.088.267</u>

13. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, é o seguinte:

	31.12.06	31.12.05
Receitas comerciais	3.341.600	3.055.670
Juros a receber	444.314	252.324
Sinistros	314.225	330.085
Rendas	2.922.485	2.707.938
Serviços de gestão de condomínios	1.596.516	1.607.429
Seguros	969.948	1.038.293
Comissões a receber	701.512	
Outros	2.024.665	1.670.080
	<u>12.315.265</u>	<u>10.661.819</u>

14. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Impostos diferidos activos		Impostos diferidos passivos	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Imputação do justo valor em aquisição filiais (Nota 6)	-	-	1.588.037	1.588.037
Homogeneização de amortizações	181.106	252.939	27.903.609	29.115.608
Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente	4.270.132	2.925.739	-	-
Anulação de immobilizações	9.340.215	11.100.684	-	-
Anulação de custos diferidos	20.165	37.385	43.932	-
Valorização de instrumentos derivados	30.751	47.738	13.106	16.631
Mais/menos-valias reinvestidas	-	-	3.512.705	3.726.929
Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável	-	-	2.328.427	3.040.768
Diferenças de cambio não tributadas	-	-	1.595.373	-
Prejuízos fiscais reportáveis	9.570.879	9.761.891	-	-
	<u>23.413.248</u>	<u>24.126.376</u>	<u>36.985.189</u>	<u>37.487.973</u>

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos activos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi como segue:

	31.12.06		31.12.05	
	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Saldo inicial	<u>24.126.376</u>	<u>37.487.973</u>	<u>59.731.623</u>	<u>43.623.446</u>
Efeito em resultados:				
Anulação de immobilizações incorpóreas	(1.097.634)	-	(1.261.659)	-
Anulação de immobilizações corpóreas	(275.560)	-	78.801	-
Reavaliações	-	(669.661)	-	(78.281)
Homogeneização de amortizações	(67.181)	(155.031)	(1.256.961)	-
Anulação de acréscimos e diferimentos	(16.459)	44.592	(174.378)	245.436
Provisões do exercício não aceites para efeitos fiscais	1.461.770	-	99.000	-
Imparidade de activos	-	-	-	-
Instrumentos financeiros	(15.826)	(3.030)	(2.771.191)	(3.082.220)
Prejuízos fiscais reportáveis	(281.319)	-	2.150.084	-
Mais/menos valias reinvestidas	-	(81.669)	-	(81.669)
Diferenças de câmbio não tributadas em filiais brasileiras	-	1.644.410	-	-
Efeito de variação de taxa de imposto	(1.407.762)	(1.190.259)	-	-
Outros	-	-	-	-
	<u>(1.699.971)</u>	<u>(410.648)</u>	<u>(3.136.304)</u>	<u>(2.996.734)</u>
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	-	-	(851.449)	(495.160)
Efeito de conversão cambial	(49.075)	(49.957)	10.527.129	1.477.964
Efeito de variação de taxa de imposto	-	(35.231)	-	-
Outros	-	(7.076)	-	-
	<u>(49.075)</u>	<u>(92.264)</u>	<u>9.675.680</u>	<u>982.804</u>
Efeito de Variação de Perímetro (Nota 6)				
Aquisições	1.035.918	128	629.619	695
Imputação de justo valor em aquisição de filiais	-	-	-	1.588.037
Alienações	-	-	(42.774.242)	(5.710.275)
	<u>1.035.918</u>	<u>128</u>	<u>(42.144.623)</u>	<u>(4.121.543)</u>
Saldo final	<u>23.413.248</u>	<u>36.985.189</u>	<u>24.126.376</u>	<u>37.487.973</u>

Durante o exercício de 2006 e em resultado da alteração para 2007 das normas para cálculo da derrama, o Grupo procedeu à alteração da taxa de imposto sobre o rendimento para efeito de cálculo de activos e passivos por impostos diferidos de 27,5% para 26,5%, excepto no que respeita a activos por impostos diferidos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis, situação em que é utilizada uma taxa de 25%.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquelas datas, os mesmos eram reportáveis como segue:

	31-12-06			31-12-05		
	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Activos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2000	16.638	4.160	2006			
Gerados em 2001	2.509.559	627.389	2007	3.229.649	888.154	2007
Gerados em 2002	12.905.938	3.226.484	2008	12.876.252	3.540.969	2008
Gerados em 2003	10.304.696	2.576.173	2009	9.154.493	2.517.486	2009
Gerados em 2004	3.172.510	793.128	2010	2.848.318	783.287	2010
Gerados em 2005	7.435.642	1.858.911	2011	7.389.076	2.031.995	2011
Gerados em 2006	362.870	90.718	2012			2012
	<u>36.707.853</u>	<u>9.176.963</u>		<u>35.497.788</u>	<u>9.761.891</u>	
Sem limite de data de utilização	1.158.580	393.916				
	<u>37.866.433</u>	<u>9.570.879</u>				

Foram avaliados os activos por impostos diferidos a reconhecer, os quais só foram registados na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis ou até à concorrência de passivos por impostos diferidos que sejam registados pela mesma entidade e que cuja reversão seja expectável que ocorra na mesma data. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo Modelo Continente, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2006 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 166.813.143 Euros (252.556.905 Euros em 31 de Dezembro de 2005), cujos activos por impostos diferidos não se encontram registados numa óptica de prudência.

	31-12-06			31-12-05		
	Prejuízo fiscal	Crédito por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito por impostos diferidos	Data limite de utilização
Com limite de data de utilização						
Gerados em 2000				46.285	12.729	2006
Gerados em 2001	3.661.629	915.408	2007	2.079.478	571.856	2007
Gerados em 2002	3.871.960	967.991	2008	68.969.158	18.966.518	2008
Gerados em 2003	1.675.290	418.823	2009	64.524	17.744	2009
Gerados em 2004	1.521.758	380.440	2010	49.655	13.655	2010
Gerados em 2005	146.488.121	36.622.030	2011	181.347.805	49.870.646	2011
Gerados em 2006	340.626	85.156	2012			2012
	<u>157.559.384</u>	<u>39.389.848</u>		<u>252.556.905</u>	<u>69.453.148</u>	
Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima	9.250.041	3.237.514				
Sem limite de data de utilização	3.718	1.264				
	<u>166.813.143</u>	<u>42.628.626</u>				

15. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Mercadorias	352.193.769	335.902.568
Perdas de imparidade acumuladas em existências (nota 27)	(11.542.472)	(10.696.473)
	<u>340.651.297</u>	<u>325.206.095</u>

O custo das vendas nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2006 e 2005, incluindo o montante relativo a actividades descontinuadas (nota 6), ascendeu a 2.323.628.133 Euros e 3.048.279.835 Euros, respectivamente, e foi apurado como segue:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Existências iniciais	335.902.568	397.854.239
Efeito da conversão cambial		32.630.323
Varição de perímetro-Aquisições		541.845
Varição de perímetro-Alienações		(137.142.840)
Compras	2.346.937.968	3.098.876.922
Regularizações de existências	7.864.634	8.938.086
Existências finais	<u>352.193.769</u>	<u>335.902.568</u>
	<u>2.322.782.133</u>	<u>3.047.919.835</u>
Perdas de imparidade (Nota 27)	846.000	360.000
	<u>2.323.628.133</u>	<u>3.048.279.835</u>

Os montantes inscritos na rubrica de 'Regularizações de existências', em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, referem-se, essencialmente, a regularizações do montante de descontos concedidos ou a conceder por fornecedores, que estão incluídas no valor de existências.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Numerário	3.396.197	1.964.645
Depósitos bancários	355.570.923	555.850.840
Aplicações de tesouraria	448.028	6.040.511
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>359.415.148</u>	<u>563.855.996</u>
Descobertos bancários (nota 19)	(1.724.154)	(3.082.347)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>357.690.994</u>	<u>560.773.649</u>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante podendo ser imediatamente mobilizáveis.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

17. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma as quais foram adquiridas durante o exercício

Em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 20 de Setembro de 2006 foi deliberado a perda de qualidade de sociedade aberta, a qual foi posteriormente outorgada pela Comissão de Mercados de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2006.

Em 16 de Outubro de 2006, a Sonae, SGPS, S.A. tornou público que, nos termos do n.º 3 do artigo 490º do Código das Sociedades Comerciais, adquiriu naquela data a totalidade das acções representativas do capital social da Sociedade em circulação que não detidas por sociedades por si dominadas, passando a dominar de forma directa, por intermédio da Sociedade por si dominada a Modelo Continente, SGPS, S.A..

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Sonae, SGPS, S.A.	74,98
Sonae Investments, BV	15,93
Acções Próprias	9,09

Em 31 de Dezembro de 2006, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,94% das acções representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A..

Acções Próprias

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe das acções próprias era o seguinte:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Acções Próprias - Valor nominal	100.000.000	-
Acções Próprias - Prémios, descontos	105.000.000	-
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	205.000.000	-

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a empresa adquiriu 100.000.000 de acções próprias com um custo de 2,05 Euros/acção às empresas detentoras do seu capital social: Sonae, SGPS, S.A. (52.800.000 acções) e Sonae Investments, BV (47.200.000 acções).

Reservas e Resultados Transitados

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Reservas Legais	90.200.000	90.200.000
Reservas de Conversão	510.709	125.389
Sub-total	90.710.709	90.325.389
Reservas nos termos do art.º 324 CSC	205.000.000	-
Reservas de Justo Valor	42.500	42.500
Outras reservas e resultados acumulados	(603.724.258)	(557.872.049)
Sub-total	(398.681.758)	(557.829.549)
Total	(307.971.049)	(467.504.160)

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa apresenta 90.200.000 Euros (igual montante em em 31 de Dezembro de 2005) relativos a reservas legais, as quais não podem ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Em resultado da aquisição de acções próprias, a Empresa tornou indisponível nos termos do art. 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição das referidas acções próprias. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas acções próprias para Sociedade que não se encontre em relação de domínio ou de grupo.

18. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foram os seguintes:

	31.12.06	31.12.05
Saldo inicial em 1 de Janeiro	8.717.734	7.331.008
Variações de capitais próprios - Aquisição filial	31.182	27.539
Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários	2.181.994	1.359.187
Saldo final em 31 de Dezembro	<u>10.930.910</u>	<u>8.717.734</u>

19. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.12.06				31.12.05			
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	161.815.664	-	161.815.664	-	161.011.020	1.400.000	161.011.020	1.400.000
Empréstimos obrigacionistas	-	593.166.278	-	597.000.000	-	592.279.778	-	597.000.000
Outros empréstimos	12.285	313.779	12.285	313.779	-	326.063	-	326.063
Descobertos bancários (Nota 16)	1.724.154	-	1.724.154	-	3.082.347	-	3.082.347	-
	163.552.103	593.480.057	163.552.103	597.313.779	164.093.367	594.005.841	164.093.367	598.726.063
Instrumentos financ. Derivados	116.043	-	-	-	198.293	-	-	-
Locações financeiras	4.195.233	8.051.112	4.195.233	8.051.112	4.119.488	8.197.376	4.119.488	8.197.376
	<u>167.863.379</u>	<u>601.531.169</u>	<u>167.747.336</u>	<u>605.364.891</u>	<u>168.411.148</u>	<u>602.203.217</u>	<u>168.212.855</u>	<u>606.923.439</u>

Os empréstimos (incluindo empréstimos bancários e locação financeira) são reembolsáveis nos seguintes anos:

	31.12.06	31.12.05
2006	-	168.212.855
2007	167.747.336	4.191.861
2008	3.253.851	1.978.287
2009	102.610.174	101.629.680
2010	267.302.013	266.924.758
2011	82.029.992	82.029.992
2012	150.042.467	150.042.467
Após 2012	126.394	126.394
	<u>773.112.227</u>	<u>775.136.294</u>

Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000
Modelo Continente / 2005/2010	265.000.000
Modelo Continente / 2005/2012	150.000.000

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2005/2010

265 000 obrigações - Valor Nominal: 1.000 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.

Reembolso: - Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º ano de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo, mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2005/2012

15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º, 13º cupões.

Outros empréstimos – não correntes

Em 31 de Dezembro de 2006 esta rubrica corresponde ao montante de subsídios reembolsáveis atribuídos pelo IAPMEI ao abrigo da Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos (MAPE). Estes subsídios não vencem juros e foram atribuídos por um período de 12 anos, com um período de carência de reembolso de 3 anos após atribuição. Os subsídios são reembolsáveis em parcelas semestrais iguais, ocorrendo o primeiro reembolso 6 meses após o período de carência. Actualmente encontram-se classificados na rubrica de “Outros empréstimos-correntes” 12.285 euros.

Empréstimos bancários

A rubrica Empréstimos bancários inclui emissão de papel comercial de curto prazo no montante de 160.000.000 Euros os quais vencem juros a taxas normais de mercado, bem como um empréstimo bancário reembolsável em 2007 no montante de 1.400.000 Euros.

20. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>		
Valor líquido contabilístico de bens adquiridos com recurso a locação financeira:				
Terrenos e edifícios	13.598.069	13.414.106		
Equipamento administrativo	5.682.069	4.662.255		
	<u>19.280.138</u>	<u>18.076.361</u>		
			Pagamentos mínimos da	Valor presente dos pagamentos
Cretores por locações financeiras	locação financeira	locação financeira	mínimos da locação financeira	
Montantes a pagar por locações financeiras:	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
2006		4.408.134		4.119.488
2007	4.571.267	2.968.942	4.195.233	2.773.340
2008	3.461.396	2.073.632	3.211.384	1.942.058
2009	2.717.797	1.675.571	2.573.945	1.593.451
2010	2.315.070	1.920.862	2.265.783	1.888.527
	<u>13.065.530</u>	<u>13.047.141</u>	12.246.345	12.316.864
Juros futuros	<u>(819.185)</u>	<u>(730.277)</u>		
	<u>12.246.345</u>	<u>12.316.864</u>		
Componentes de curto prazo			<u>4.195.233</u>	<u>4.119.488</u>
Cretores por locações financeiras-liquidos da parcela de curto prazo			<u>8.051.112</u>	<u>8.197.376</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo usualmente garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de câmbio

O Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio, fundamentalmente, como forma de cobertura da exposição do Grupo às flutuações da taxa de câmbio.

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

	31.12.06	31.12.05
Activos	49.458	60.475
Passivos	(116.043)	-
	<u>(66.585)</u>	<u>60.475</u>

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados para os quais não foi possível aplicar a contabilização de cobertura, ascenderam a (127.060) euros (61.048 Euros em 2005) e foram registados directamente na demonstração de resultados na rubrica de resultados financeiros.

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros utilizados pelo Grupo existentes durante o exercício de 2006, respeitavam, fundamentalmente, a “swaps” contraídos com o objectivo de assegurar a cobertura do risco de taxa de juro de empréstimos obtidos pelo Grupo. Durante o exercício de 2006, o passivo subjacente a esses instrumentos derivados foi reembolsado antecipadamente pelo que, de acordo com as políticas contabilísticas adoptadas, estes derivados deixaram de cumprir os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura, embora continue a contribuir para a redução da exposição do Grupo à variação das taxas de juro. Esses instrumentos financeiros maturaram em Dezembro de 2006.

O justo valor ascende a:

	31.12.06	31.12.05
Passivos	<u>-</u>	(198.293)
	<u>-</u>	<u>(198.293)</u>

Estes instrumentos de taxa de juro encontravam-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e a avaliações externas quando esses sistemas não permitissem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado.

A selecção das contrapartes dos derivados foi efectuada com base na solidez financeira e no perfil de risco de crédito da mesma, sendo, esse perfil de risco mensurado normalmente através de nota de rating atribuída por empresas de rating de reconhecido mérito. As contrapartes dos derivados eram Instituições Financeiras de primeira linha de elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional.

Justo valor de instrumentos derivados financeiros

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

	Activos (nota 9)		Passivos (nota 19)	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Derivados de especulação	49.458	60.475	116.043	198.293
	<u>49.458</u>	<u>60.475</u>	<u>116.043</u>	<u>198.293</u>

22. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.06	31.12.05
Empresas participantes (Nota 31)	10.000.000	14.325.652
Outras dívidas a terceiros não correntes	767.334	1.233.523
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (nota 23)	2.234.466	2.086.929
	<u>13.001.800</u>	<u>17.646.104</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica “Outras dívidas a terceiros não correntes” correspondia essencialmente aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros devedores não correntes (nota 10).

O valor da rubrica Empresas participantes corresponde a um empréstimo concedido por um accionista de uma empresa filial, o qual vence juros a taxas de mercado. O justo valor deste empréstimo é aproximadamente o seu valor contabilístico.

23. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

O Grupo Modelo Continente concedeu, em 2006 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Justo Valor	
				31.12.06	31.12.05
<u>Acções</u>	2003	2006	38	-	5.050.842
	2004	2007	40	2.970.651	2.215.319
	2005	2008	39	2.454.762	1.830.150
	2006	2009	42	1.793.878	
<u>Total</u>				<u>7.219.291</u>	<u>9.096.311</u>

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2006 e 31 de Dezembro de 2005, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas, desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

Registado em outros passivos não correntes	2.234.466	2.086.929
Registado em outros passivos correntes	2.970.651	5.050.842
Registado em resultados em exercícios anteriores	(1.093.837)	(1.654.230)
Valor registado em custos com pessoal no exercício	<u>4.111.280</u>	<u>5.483.541</u>

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em custos com pessoal. Os pagamentos efectuados relativos a prémios de desempenho diferido ascenderam, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a 6.043.936 euros (1.485.596 euros em 31 de Dezembro de 2005).

24. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31.12.06	31.12.05
Fornecedores, conta corrente	476.211.283	462.356.092
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	161.309.572	136.128.613
	<u>637.520.855</u>	<u>598.484.705</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

25. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.06	31.12.05
Empresas participadas e participantes	319.071	340.395
Cretores por fornecimentos de imobilizado	40.549.692	46.071.845
Valores a pagar a entidades relacionadas	-	8.396.819
Outras dívidas	36.241.354	35.071.789
	<u>77.110.117</u>	<u>89.880.848</u>

A rubrica Outras dívidas de terceiros inclui:

- Opção de venda que a Sociedade concedeu aos accionistas de uma participada (entretanto alienada em 2005) no montante de 37.069.900 reais (74.139.801 reais em 2005), aproximadamente 13 milhões de Euros sobre acções dessa participada. Na sequência do exercício dessa opção, a Sociedade irá obrigatoriamente proceder à alienação das mesmas pelo montante de 4.425.465 Euros em sequência dos acordos efectuados na alienação daquela subsidiária (valores registados na rubrica Outras Dívidas de Terceiros).
- 7.331.133 Euros (4.144.161 Euros em 31 de Dezembro de 2005) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto.
- Aproximadamente, 3 milhões de Euros relativos a montantes a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, S.A. em resultados dos acordos celebrados com aquela entidade e que se encontravam integralmente provisionados (Nota 6).

26. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

	31.12.06	31.12.05
Custos com Pessoal	53.750.630	45.838.755
Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 23)	2.970.651	5.050.842
Encargos financeiros a pagar	9.493.077	6.577.431
Publicidade e propaganda	6.378.828	4.628.911
Outros fornecimentos e serviços externos	9.074.673	3.258.734
IMI- Imposto municipal sobre imóveis	3.860.842	3.906.273
Outros passivos	810.997	806.434
	<u>86.339.698</u>	<u>70.067.380</u>

A rubrica de “Custos com Pessoal” diz essencialmente respeito a valores de remuneração a liquidar durante o exercício seguinte referente a valores de Férias e Subsídio de Férias.

27. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo			Final
	Inicial	Aumentos a)	Diminuições b)	
Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (nota 9)	470.413	26.315	(22.000)	474.728
Perdas de imparidade acumuladas em diferenças de consolidação (nota 8)	-	2.838.583	-	2.838.583
Perdas de imparidade acumuladas para clientes c/c	10.272.561	2.732.287	(1.837.708)	11.167.140
Perdas de imparidade acumuladas para devedores diversos (nota 11)	6.537.230	4.276.111	(4.350.151)	6.463.190
Perdas de imparidade - existências de mercadorias (nota 15)	10.696.473	6.537.334	(5.691.335)	11.542.472
Provisões para perdas em associadas (nota 6)	775.929	-	(775.929)	-
Provisões	27.000.000	172.613	(5.055.117)	22.117.496
	<u>55.752.606</u>	<u>16.583.243</u>	<u>(17.732.240)</u>	<u>54.603.609</u>

a) Nos aumentos está incluído o valor de 5.458.061 euros referente às empresas adquiridas no exercício.

b) Nas diminuições estão incluídos os seguintes valores:

- (775.929) Euros relativo a uma provisão para cobertura de perdas acumuladas registada por uma empresa associada a qual, em resultado de aquisição adicional de participação passou a ser consolidada pelo método integral (Nota 6);
- (4.504.809) Euros relativos a contingências que se materializaram durante o exercício, bem como o efeito da actualização cambial no valor de (516.797) Euros dado que corresponde fundamentalmente a obrigações denominadas em reais.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

28. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	31.12.06	31.12.05
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	50.887.200 a)	54.009.154
por processos autárquicos em curso	8.568.362	8.439.969
Outras	16.099.991 b)	4.538.251

a) Inclui garantias de 29.550.873 euros relativas a processos de IRC, bem como garantias de 18.110.885 euros relativas a processos de IVA.

b) Inclui garantias de 8.083.055 euros relativas a pedidos de reembolso de IVA.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para o Grupo.

29. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2006 o Grupo não tinha assumido compromissos para a aquisição de imobilizado ou outro tipo de compromissos financeiros não reflectidos no balanço.

30. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2006 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 33.845.973 Euros relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis.

Adicionalmente, à data de balanço o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	<u>31.12.06</u>
Vencíveis em:	
Contratos anuais:	
2007 Renovável automaticamente	22.739.347
Contratos plurianuais	
2007	14.932.536
2008	12.521.761
2009	12.009.459
2010	9.631.641
2011	6.865.087
Posteriores a 2011	8.212.621
	<u>86.912.453</u>

Durante o exercício de 2006 foi reconhecido como proveito do exercício o montante de 10.582.457 Euros relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais em lojas exploradas pelo Grupo.

Adicionalmente, à data de balanço o Grupo tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	<u>31.12.06</u>
Vencíveis em:	
2007 Renovável automaticamente	2.736.163
2007	7.312.065
2008	5.073.046
2009	3.568.130
2010	1.924.737
2011	1.030.393
Posteriores a 2011	611.824
	<u>22.256.358</u>

34. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	31.12.06	31.12.05		
		Actividades		
		Continuadas	Descontinuadas	Total
Proveitos suplementares	252.388.286	253.516.679	31.821.479	285.338.158
Benefícios de penalidades contratuais	471.638	8.464	-	8.464
Subsídios à exploração	1.771.027	-	-	-
Ganhos na alienação imobil. Corpóreas e incorpóreas	2.063.135	210.497	39.462.240	39.672.737
Reversão de perdas de imparidade	6.188.014	2.141.113	2.179.278	4.320.391
Outros proveitos	5.578.865	13.337.537	-	13.337.537
	<u>268.460.965</u>	<u>269.214.290</u>	<u>73.462.997</u>	<u>342.677.287</u>

- a) A rubrica de Proveitos Suplementares diz essencialmente respeito a receitas obtidas junto dos fornecedores do Grupo relativas a: i) comparticipações em campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do Grupo Modelo Continente, ii) receitas obtidas de fornecedores relativas à colocação de produtos em localizações preferenciais nas lojas do Grupo, e iii) descontos de pronto de pagamento obtidos.
- b) Em 31 de Dezembro de 2005 os ganhos na alienação de imobilizações corpóreas, registado nas “actividades descontinuadas”, são referentes, fundamentalmente, à alienação de 10 estabelecimentos comerciais no Estado de S.Paulo (Brasil), efectuada durante o primeiro semestre, pela filial Sonae Distribuição Brasil alienada no final do exercício passado.

35. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	31.12.06	31.12.05		
		Actividades		
		Continuadas	Descontinuadas	Total
Custos com terminais pag. automático	19.317.237	18.352.429	9.799.072	28.151.501
Imposto municipal sobre imóveis	2.480.544	1.723.252	2.580.612	4.303.864
Outros impostos	1.428.392	1.569.010	6.452.213	8.021.223
Perdas na alienação de imobil. corpóreas	4.537.311	3.067.912	6.349.117	9.417.029
Perdas na alienação de imobil. incorpóreas	8.927	-	-	-
Donativos	5.363.772	5.003.420	-	5.003.420
Multas e penalidades	428.467	197.117	303	197.420
Dividas incobráveis	1.708.159	3.584.351	-	3.584.351
Outros custos	7.378.586	6.609.009	1.825.908	8.434.917
	<u>42.651.395</u>	<u>40.106.500</u>	<u>27.007.225</u>	<u>67.113.725</u>

36. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2006 e 2005 têm a seguinte decomposição:

	31.12.06		31.12.05	
	Actividades			
		Continuadas	Descontinuadas	Total
Custos e perdas:				
Juros suportados				
relativos a empréstimos e descob. bancários	(1.298.117)	(8.577.746)	(14.678.898)	(23.256.644)
relativos a obrigações não convertíveis	(22.558.763)	(10.897.693)		(10.897.693)
relativos a contratos de locação financeira	(379.914)	(347.744)		(347.744)
outros	(461.086)	(1.550.676)	(107.238)	(1.657.914)
	(24.697.880)	(21.373.859)	(14.786.136)	(36.159.995)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(2.933.836)	(1.280.450)	(230.415)	(1.510.865)
Perdas na valoriz. instrum. derivados cobertura	(60.475)	(7.820.937)		(7.820.937)
Outros custos e perdas financeiras	(5.218.967)	(11.617.651)	(14.605.688)	(26.223.339)
	(32.911.158)	(42.092.897)	(29.622.239)	(71.715.136)
Resultados financeiros	(18.561.033)	(27.568.281)	(18.424.666)	(45.992.947)
Proveitos e ganhos				
Juros obtidos	9.161.576	6.742.205	1.008.315	7.750.520
Diferenças de câmbio favoráveis	3.679.302	2.184.461	244.534	2.428.995
Desconto de pronto pagamento obtidos	-	96.192	4.352.351	4.448.543
Ganhos valoriz. Instrum. derivados cobertura	173.592	2.906.092		2.906.092
Outros proveitos e ganhos financeiros	1.335.655	2.595.666	5.592.373	8.188.039
	14.350.125	14.524.616	11.197.573	25.722.189

37. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os resultados relativos a investimentos incluem, 12.564.414 euros relativos ao acerto de preço da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. efectuada no final do exercício de 2005.

38. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2006 e 2005 são detalhados como segue:

	31.12.06	31.12.05
Imposto corrente	9.602.480	16.959.122
Imposto diferido	106.677	139.570
	9.709.157	17.098.692

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

	31.12.06	31.12.05
Resultado antes de Imposto	169.970.776	232.580.449
Taxa de Imposto	27,50%	27,50%
	<u>46.741.963</u>	<u>63.959.623</u>
Efeito de provisões e perdas por imparidade não aceites em termos fiscais	(1.330.658)	7.413.721
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(890.268)	(109.238.730)
Outros	5.707.310	700.535
Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos	(40.960.242)	(1.362.665)
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos	1.865.633	58.919.819
Efeito de existência de taxas diferentes das utilizadas em Portugal	(978.719)	(3.978.285)
Efeito de alteração da taxa de imposto para efeito de cálculo de impostos diferidos	182.272	
Efeito da constação ou reversão de impostos diferidos	(826.915)	
Tributação autónoma e benefícios fiscais	267.122	
Insuficiência/excesso de estimativa de imposto e outros efeitos	(68.341)	684.674
Imposto sobre o rendimento	<u>9.709.157</u>	<u>17.098.692</u>

39. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício de 2006 e 2005, foram calculados, tendo em consideração os seguintes montantes:

	31.12.06		31.12.05	
	Actividades			
		Continuadas	Descontinuadas	Total
Resultados				
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	158.079.602	121.789.214	92.333.356	214.122.570
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>158.079.602</u>	<u>121.789.214</u>	<u>92.333.356</u>	<u>214.122.570</u>
Número de acções				
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.089.315.068	1.100.000.000		1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.089.315.068</u>	<u>1.100.000.000</u>		<u>1.100.000.000</u>
Resultados por acção (básico e diluído)	0,15	0,11		0,19

O número médio de acções foi calculado tendo em consideração a data de aquisição das 100.000.000 acções próprias ocorrido no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 não existem efeitos diluidores do número de acções em circulação.

40. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 31 de Março de 2006 foram atribuídos dividendos no montante de 55.000.000 euros, correspondendo a 0,05 euros por acção.

41. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os segmentos geográficos identificados nos exercícios de 2006 e 2005 foram os seguintes:

- Portugal
- Brasil

Os contributos dos principais segmentos para a Demonstração de Resultados consolidada em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 podem ser analisados como segue:

	Portugal		Brasil 31.12.05	Consolidado	
	31.12.06	31.12.05		31.12.06	31.12.05
Proveitos operacionais					
Volume de negócios	3.090.560.843	2.726.117.684	1.135.533.327	3.090.560.843	3.861.651.011
Cash-flow operacional (EBITDA)	253.730.010	234.506.706	54.790.642	253.730.010	289.297.348
Resultados Operacionais (EBIT)	174.985.690	165.598.737	23.359.515	174.985.690	188.958.252
FTE's	21.329	19.438	19.640	21.329	39.078
Nr. lojas	480	335	-	480	335
Área de venda ('000 m ²)	543	495	-	543	495

42. EVENTOS SUBSEQUENTES

Na Assembleia Geral vai ser apresentada uma proposta para distribuição de dividendos num total de 75 milhões de euros.

43. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 12 de Março de 2007, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da Legislação Comercial em vigor em Portugal.

Matosinhos, 12 de Março de 2006

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

**CONTAS
INDIVIDUAIS
IAS/IFRS**

Dezembro de 2006

MODELO CONTINENTE, SGPS, SA

SEDE: R. João Mendonça, 529 - 4464-501 SENHORA DA HORA

Matriculada na Conservatória Registo Comercial do Porto e NIF nº 501 532 927

Capital Social 1.100.000.000 Euros

DIRECÇÃO FINANCEIRA

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Montantes expressos em euros)

ACTIVO	Notas	IFRS	
		31-12-06	31-12-05
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações incorpóreas	5	695.668	700.988
Imobilizações corpóreas	5	10.043	10.851
Investimentos	4	1.350.118.831	1.321.128.781
Impostos diferidos activos	6	1.649	75.490
Empréstimos a empresas do grupo	7	457.114.129	312.434.192
Total de activos não corrente:		<u>1.807.940.320</u>	<u>1.634.350.302</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Clientes	8	21.191.886	20.047.466
Empresas do grupo	10	897.398.511	795.283.310
Outras dívidas de terceiros	11	2.709.977	2.679.180
Estado e outros entes públicos	9	10.954.848	6.837.566
Outros activos correntes	12	3.521.868	78.080.147
Caixa e equivalentes de caixa	13	50.033.177	450.008.364
Total de activos corrente:		<u>985.810.267</u>	<u>1.352.936.033</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>2.793.750.587</u></u>	<u><u>2.987.286.335</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital socia	14	1.100.000.000	1.100.000.000
Acções Próprias	15	(205.000.000)	
Reservas legais	16	90.200.000	90.200.000
Outras reservas	16	905.536.702	1.192.586.414
Resultados transitados			(4.364.161)
Resultado líquido do exercício		80.335.955	(227.707.550)
Total do capital próprio		<u>1.971.072.657</u>	<u>2.150.714.703</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		<u><u>1.971.072.657</u></u>	<u><u>2.150.714.703</u></u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos bancários de longo prazo - líquidos da parcela de curto prazo	17		1.400.000
Empréstimos obrigacionistas - líquidos da parcela de curto prazo	17	593.166.278	592.279.778
Impostos diferidos passivos:	6	115.282	157.879
Total de passivos não corrente:		<u>593.281.560</u>	<u>593.837.657</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Parcela de curto prazo dos empréstimos bancários de longo prazo	17	161.400.000	161.011.020
Empréstimos bancários de curto prazo	17	2.594	293.292
Derivados			198.293
Fornecedores		81.620	12.872
Empresas do grupo	10	41.033.321	65.837.200
Outras dívidas a terceiros	18	11.165.157	37.701
Estado e outros entes público:	9	3.932.935	4.928.417
Outros passivos correntes	19	11.780.743	10.415.180
Total de passivos corrente:		<u>229.396.370</u>	<u>242.733.975</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u><u>822.677.930</u></u>	<u><u>836.571.632</u></u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>2.793.750.587</u></u>	<u><u>2.987.286.335</u></u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS INDIVIDUAIS

PARA OS EXERCÍCIOS E PARA OS PERÍODOS DE TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

	Notas	(Montantes expressos em euros)			
		IFRS		IFRS	
		4ºTrimestre 06	31-12-06	4ºTrimestre 05	31-12-05
		Acumulado	Acumulado		
		Não auditado		Não auditado	
Proveitos operacionais:					
Prestações de serviços	22	4.223.332	17.614.059	4.904.277	17.229.805
Outros proveitos operacionais	23	974.025	1.944.050	744.745	3.850.530
Total de proveitos operacionais		<u>5.197.357</u>	<u>19.558.109</u>	<u>5.649.022</u>	<u>21.080.335</u>
Custos operacionais:					
Fornecimentos e serviços externos		(328.362)	(1.354.948)	(291.212)	(1.175.075)
Custos com o pessoal		(594.656)	(2.005.299)	(1.896.462)	(4.496.066)
Amortizações e depreciações	5	(70.721)	(282.307)	(70.528)	(282.005)
Outros custos operacionais	24	(1.040.382)	(1.918.594)	(679.857)	(3.933.325)
Total de custos operacionais		<u>(2.034.121)</u>	<u>(5.561.148)</u>	<u>(2.938.059)</u>	<u>(9.886.471)</u>
Resultados operacionais		3.163.236	13.996.961	2.710.963	11.193.864
Resultados financeiros	25	(11.810.516)	24.825.811	4.731.475	27.231.812
Resultados relativos a investimentos	26	-	17.891.933	(298.551.911)	(282.531.246)
Resultados extraordinários					
Resultado antes de impostos		<u>(8.647.280)</u>	<u>56.714.705</u>	<u>(291.109.473)</u>	<u>(244.105.570)</u>
Imposto sobre o rendimento	27	20.320.220	23.621.250	21.098.920	16.398.020
Resultado do exercício	28	<u>11.672.940</u>	<u>80.335.955</u>	<u>(270.010.553)</u>	<u>(227.707.550)</u>
Resultados por acção (básico e diluído)	28	<u>0,011</u>	<u>0,074</u>	<u>(0,25)</u>	<u>(0,21)</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO INDIVIDUAL

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005

(Montantes expressos em euros)

	Notas	Capital Social	Acções Próprias	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado Líquido	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	14	1.100.000.000	-	86.000.000	1.288.436.859	(176.018.548)	80.003.942	2.378.422.253
Aplicação do resultado de 2004		-	-	4.200.000	(95.850.445)	171.654.387	(80.003.942)	-
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2004		-	-	-	-	-	(227.707.550)	(227.707.550)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2005		-	-	-	-	-	(227.707.550)	(227.707.550)
Saldo em 31 de Dezembro de 2005	14	<u>1.100.000.000</u>	<u>-</u>	<u>90.200.000</u>	<u>1.192.586.414</u>	<u>(4.364.161)</u>	<u>(227.707.550)</u>	<u>2.150.714.703</u>
Saldo em 1 de Janeiro de 2006	14	1.100.000.000	-	90.200.000	1.192.586.414	(4.364.162)	(227.707.550)	2.150.714.702
Aplicação do resultado de 2005		-	-	-	-	(227.707.550)	227.707.550	-
Aplicação do resultado líquido do exercício de 2005		-	-	-	-	-	-	-
Dividendos distribuídos		-	-	-	(55.000.000)	-	-	(55.000.000)
Variação nas reservas		-	-	-	-	-	-	-
Variação de justo valor		-	-	-	22.000	-	-	22.000
Aquisição de acções próprias	15	-	(205.000.000)	-	-	-	-	(205.000.000)
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006		-	-	-	-	-	80.335.955	80.335.955
Outros		-	-	-	(232.071.712)	232.071.712	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		<u>1.100.000.000</u>	<u>(205.000.000)</u>	<u>90.200.000</u>	<u>905.536.702</u>	<u>-</u>	<u>80.335.955</u>	<u>1.971.072.657</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA INDIVIDUAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Montantes expressos em euros)

	Notas	31-12-06	31-12-05
ACTIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimento de clientes		16.469.639	21.416.516
Pagamentos a fornecedores		1.324.072	1.080.290
Pagamentos ao pessoal		3.602.512	2.472.994
Fluxo Gerado Pelas Operações		<u>11.543.055</u>	<u>17.863.232</u>
Pagamento/recebimento imposto s/rendimento		(8.477.708)	(8.790.139)
Outros recebim./pagam.rel.à activ. Operacional		4.135.255	321.253
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>24.156.018</u>	<u>26.974.624</u>
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	4	16.199.520	624.849.075
Imobilizações incorpóreas		184.500	-
Juros e proveitos similares		55.885.884	55.994.777
Dividendos	26	14.200.887	16.021.796
Empréstimos concedidos		4.588.519.463	2.734.783.617
		<u>4.674.990.254</u>	<u>3.431.649.265</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	4	(34.276.524)	(297.288.413)
Imobilizações corpóreas		(1.137)	(5.346)
Imobilizações incorpóreas		(459.500)	(75.000.000)
Empréstimos concedidos		(4.755.736.910)	(2.633.388.714)
		<u>(4.790.474.071)</u>	<u>(3.005.682.473)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>(115.483.817)</u>	<u>425.966.792</u>
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.256.298.793	1.244.531.300
		<u>1.256.298.793</u>	<u>1.244.531.300</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.281.665.612)	(1.274.792.300)
Juros e custos similares		(22.989.891)	(18.206.624)
Dividendos		(54.999.980)	(74)
Aquisições de acções (quotas) próprias		(205.000.000)	-
		<u>(1.564.655.483)</u>	<u>(1.292.998.998)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(308.356.690)</u>	<u>(48.467.698)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(399.684.489)</u>	<u>404.473.718</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	449.715.072	45.241.354
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	<u>50.030.583</u>	<u>449.715.072</u>

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A MODELO CONTINENTE, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Modelo Continente”) é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

A Empresa tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 4).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), em vigor em 31 de Dezembro 2006, tal como adoptadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

A 31 de Dezembro de 2006, a IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros” estava já emitida, mas a sua aplicação apenas é obrigatória para os exercícios com início em ou posterior a 1 de Janeiro de 2007, tendo a Modelo Continente, SGPS, S.A. decidido não optar pela adopção antecipada da mesma. Da aplicação desta norma resultará apenas um acréscimo da informação divulgada.

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada Grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, desde a data em que os activos estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

2.4. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.5. Instrumentos financeiros

a) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data. Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data do preço pago, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de

justo valor incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

c) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

d) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

e) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

f) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal.

g) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subseqüentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subseqüentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados separados nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados. Quando existam derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor, estes são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo de cobertura de riscos financeiros não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação de instrumentos de cobertura, as variações de justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

h) Acções Próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são reconhecidas directamente em Capitais Próprios.

i) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos Bancários de curto prazo, no balanço.

2.6. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae, SGPS, S.A..

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.7. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.8. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas excepto na medida em que se relacionam com resultados obtidos previamente à aquisição da participada, caso em que são deduzidos ao custo aquisição.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10. Imposto sobre o rendimento

A Modelo Continente encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005, o detalhe da rubrica Investimentos era o seguinte:

Empresa	31.Dezembro.2006		31.Dezembro.2005	
	% de detenção	Saldo Final	% de detenção	Saldo Final
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	100,00%	372.000	100,00%	372.000
Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A.	10,00%	10.728.063	10,00%	10.728.063
Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	24.940	100,00%	24.940
Fundo Fechado de Investimento Imobiliário Efisa Imobiliário	100,00%	43.913.700	100,00%	43.913.700
Fundo de Investimento Imobiliário Imosona Dois	100,00%	117.425.732	99,98%	115.697.320
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo	33,81%	13.525.000	-	-
Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	220.000	100,00%	220.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	439.940	100,00%	439.940
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	109.736	100,00%	109.736
Infofield - Informática, S.A.	10,00%	530.459	10,00%	420.459
Marcas MC zRt	100,00%	79.545	100,00%	79.545
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A.	95,24%	1.000.000.000	100,00%	1.000.000.000
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	46,20%	2.304.446	46,20%	2.304.446
Modelo Investimentos Brasil, S.A.	-	-	37,35%	19.640.219
Modelo, SGPS, S.A.	0,15%	562.444	0,15%	562.444
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	100,00%	12.637.016	100,00%	11.387.016
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	100,00%	1.953.945	100,00%	1.953.945
Parcium Imobiliária, S.A.	100,00%	8.200.000	-	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	10,00%	187.548	10,00%	187.548
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	50.000	100,00%	50.000
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	25,00%	249.399	25,00%	249.399
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	100,00%	36.677.088	100,00%	36.677.088
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	100,00%	10.000.000	100,00%	10.000.000
Soflorin, B.V.	100,00%	57.309.037	100,00%	57.309.037
Sonae, SGPS, S.A. (a)	0,003%	75.500	0,003%	53.500
Sonae Capital Brasil, Lda	37,00%	23.334.858	-	-
Sonae Retalho Espanha, S.A.	100,00%	2.549.831	100,00%	2.549.832
Sonvecap, B.V.	100,00%	3.000.000	100,00%	3.000.000
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	10,00%	706.326	10,00%	706.326
SRE - Projectos de Consultadoria, S.A.	100,00%	1.259.784	100,00%	1.259.784
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	100,00%	1.180.000	100,00%	1.180.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	10,00%	462.494	10,00%	2.494
		<u>1.350.118.831</u>		<u>1.321.128.781</u>

(a) Mensurado de acordo com o seu justo valor em 31 de Dezembro de cada exercício.

Os movimentos registados na rubrica de Investimentos durante os exercícios de 2006 e de 2005 é discriminada como se segue:

	<u>31. Dezembro.2006</u>	<u>31. Dezembro.2005</u>
	Não Correntes	Não Correntes
<u>Investimentos em Empresas do Grupo</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	1.180.747.775	1.336.086.244
Aquisições durante o exercício	8.203.592	291.438.413
Alienações durante o exercício	-	(176.660.640)
Outros (Nota 26)	<u>(24.750.954)</u>	<u>(270.116.242)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	1.164.200.413	1.180.747.775
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 20)	<u>(448.413)</u>	<u>(28.912.413)</u>
	<u><u>1.163.752.000</u></u>	<u><u>1.151.835.362</u></u>
<u>Investimentos em Empresas Associadas</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	249.399	249.399
Aquisições durante o exercício	-	-
Alienações durante o exercício	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>249.399</u>	<u>249.399</u>
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>249.399</u></u>	<u><u>249.399</u></u>
<u>Prestações Suplementares</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	2.480.000	2.480.000
Aquisições durante o exercício	-	-
Alienações durante o exercício	-	-
Aumento/(diminuição) no justo valor	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>2.480.000</u>	<u>2.480.000</u>
<u>Unidades de Participação em Fundos Investimento</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	159.611.020	-
Aquisições durante o exercício	31.452.932	159.611.020
Alienações durante o exercício	-	-
Distribuição efectuada	<u>(16.199.520)</u>	<u>-</u>
Saldo em 31 de Dezembro	174.864.432	159.611.020
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>174.864.432</u></u>	<u><u>159.611.020</u></u>
<u>Entradas Facultativas de Capital</u>		
Saldo em 1 de Janeiro	6.953.000	1.103.000
Constituição durante o exercício	1.820.000	5.850.000
Alienações durante o exercício	-	-
Outros	-	-
Saldo em 31 de Dezembro	<u>8.773.000</u>	<u>6.953.000</u>
Perdas por imparidade acumuladas	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u><u>8.773.000</u></u>	<u><u>6.953.000</u></u>
	<u><u>1.350.118.831</u></u>	<u><u>1.321.128.781</u></u>

O aumento de 8.203.592 euros registado na rubrica “Investimentos em empresas do grupo” inclui a aquisição de 100% da sociedade Parcium Imobiliária, S.A. no montante de 8.200.00 euros.

Durante o exercício a sociedade Modelo Investimentos Brasil, S.A. foi incorporada na sociedade Sonae Capital Brasil, Lda., tendo como resultado desta operação a sociedade procedido à anulação do investimento financeiro naquela participada no montante de 24.750.954 euros, bem como à redução de perdas por imparidade reconhecidas naquela participada no montante de 28.422.000 euros (Nota 26).

O aumento de 31.452.932 euros registado no rubrica de “Obrigações e títulos de participação” corresponde à aquisição de unidades de participação do fundo imobiliário fechado de subscrição particular Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois, passando a sociedade a deter 100% das unidades de participação daquele fundo; bem como à subscrição de 33,81% de unidades de participação do fundo imobiliário fechado de subscrição particular Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede.

O montante de (16.199.520) euros registado na rubrica “Unidades de Participação em Fundos de Investimento” corresponde a lucros líquidos recebidos do Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois, acumulados no referido fundo, anteriores à data de aquisição pela sociedade.

5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, o movimento ocorrido na rubrica de immobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas foi como se segue:

Imobilizações incorpóreas:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activo bruto:	2005-12-31			2006-12-31
Propriedade industrial e outros direitos	1.401.602			1.401.602
Adiantamentos por conta immobilizações incorpóreas		459.500	184.500	275.000
	1.401.602	459.500	184.500	1.676.602
	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ reversão	Saldo final
Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas	2005-12-31			2006-12-31
Propriedade industrial e outros direitos	700.614	280.320		980.934
	700.614	280.320		980.934

Imobilizações corpóreas:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activo bruto:	2005-12-31			2006-12-31
Equipamento básico	2.464			2.464
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	15.474	1.179		16.653
Outras immobilizações corpóreas	679			679
	37.679	1.179		38.858
	Saldo inicial	Reforço	Anulação/ reversão	Saldo final
Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas	2005-12-31			2006-12-31
Equipamento básico	164	247		411
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	6.923	1.740		8.663
Outras immobilizações corpóreas	679			679
	26.828	1.987		28.815

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Total Imobilizado Líquido:	2005-12-31			2006-12-31
Imobilizado incorpóreo	700.988	179.180	184.500	695.668
Imobilizado corpóreo	10.851	(808)		10.043

O movimento ocorrido na rubrica de Adiantamentos por conta immobilizações incorpóreas corresponde a valores pagos a título de adiantamento no âmbito de contratos de promessa de trespasse de um conjunto de lojas, sendo que durante o exercício foram cedidas parte das lojas a subsidiárias da empresa.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2005, o movimento ocorrido na rubrica de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas foi como se segue:

Imobilizações incorpóreas:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activo bruto:	2004-12-31			2005-12-31
Propriedade industrial e outros direitos	1.401.602			1.401.602
	1.401.602			1.401.602
Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas	2004-12-31	Reforço	Anulação/ reversão	2005-12-31
Propriedade industrial e outros direitos	420.294	280.320		700.614
	420.294	280.320		700.614

Imobilizações corpóreas:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Activo bruto:	2004-12-31			2005-12-31
Equipamento básico		2.464		2.464
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	14.633	841		15.474
Outras imobilizações corpóreas	679			679
	34.374	3.305		37.679
Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas	2004-12-31	Reforço	Anulação/ reversão	2005-12-31
Equipamento básico		164		164
Equipamento de transporte	19.062			19.062
Equipamento administrativo	5.402	1.521		6.923
Outras imobilizações corpóreas	679			679
	25.143	1.685		26.828

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Total Imobilizado Líquido:	2004-12-31			2005-12-31
Imobilizado incorpóreo	981.308	(280.320)		700.988
Imobilizado corpóreo	9.231	1.620		10.851

6. **IMPOSTOS DIFERIDOS**

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 de 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	31.Dezembro.2006		31.Dezembro.2005	
	Impostos diferidos activos	Impostos diferidos passivos	Impostos diferidos activos	Impostos diferidos passivos
Instrumentos Financeiros			47.738	
Anulação de Imobilizações incorpóreas	1.649		27.752	
Diferença entre amortizações económicas e fiscais		115.282		157.879
	1.649	115.282	75.490	157.879

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos activos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi como segue:

	Activos		Passivos	
	31. Dezembro.2006	31. Dezembro.2005	31. Dezembro.2006	31. Dezembro.2005
Saldo inicial	75.490	516.471	157.879	1.712.480
Efeito em resultados:				
Anulação de imobilizações incorpóreas	(26.040)	(157.468)		
Homogeneização das amortizações			(38.247)	(102.637)
Valorização de instrumentos financeiros	(47.738)	(283.513)		(1.451.964)
Efeito da alteração da taxa a)	(63)		(4.350)	
	(73.841)	(440.981)	(42.597)	(1.554.601)
Saldo final	1.649	75.490	115.282	157.879

Em 31 de Dezembro de 2006 existiam prejuízos fiscais reportáveis no montante de 145.243.801 euros (272.436.759 euros em 31 de Dezembro de 2005), cujos activos por impostos diferidos não se encontravam registados numa óptica de prudência.

Em consequência da alteração da Lei das Finanças Locais e seu impacto ao nível do cálculo da derrama a empresa alterou a taxa de imposto utilizada para efeito do cálculo de impostos diferidos de 27,5% para 26,5% no caso de activos e passivos por impostos diferidos que não resultam de prejuízos fiscais reportáveis, situação em que a taxa a considerar seria alterada para 25%.

	31.Dezembro.2006			31.Dezembro.2005		
	Prejuízo fiscal	Valor de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Valor de imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2002	-	-	2008	85.045.075	23.387.396	2008
Gerados em 2005	145.243.801	36.310.950	2011	187.391.684	51.532.713	2011
	145.243.801	36.310.950		272.436.759	74.920.109	

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedido benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos são prolongados ou suspensos. Deste modo as declarações fiscais dos anos de 2003 a 2006 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que eventuais revisões por parte da Administração Fiscal não resultaram em quaisquer passivos para a empresa.

7. EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2006 e em 31 de Dezembro de 2005, o detalhe dos outros activos não correntes era o seguinte:

	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2005
Empréstimos a empresas do grupo (Nota 30)	457.114.129	312.434.192

Estes empréstimos vencem juros à taxa normal de mercado e o seu justo valor é aproximadamente idêntico ao seu valor contabilístico.

8. CLIENTES

O montante registado em dívidas de Clientes corresponde a montantes facturados, relativos a Fee's de Gestão e Fee's de Marca, essencialmente a empresas do Grupo Modelo Continente, SGPS, S.A..

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Valores devedores:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Imposto sobre o rendimento	10.954.848	6.837.566
	<u>10.954.848</u>	<u>6.837.566</u>

Valores credores:

	<u>31.Dezembro.2005</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Imposto sobre o valor acrescentado	3.704.733	3.504.805
Contribuições para a Segurança Social	2.894	5.621
Retenção de Imposto sobre Rendimentos de Capitais	5.266	1.179.635
Outros	220.042	238.356
	<u>3.932.935</u>	<u>4.928.417</u>

10. EMPRESAS DO GRUPO – CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe da rubrica Empresas do grupo era o seguinte:

Valores devedores:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Empréstimos de curto prazo (Nota 30)	779.656.609	757.119.100
Juros por liquidar	16.441.477	22.678.318
Impostos - RETGS (a)	26.088.132	15.481.200
Cessão de créditos (b)	75.000.000	
Outros	212.293	4.692
	<u>897.398.511</u>	<u>795.283.310</u>

Valores credores:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Empréstimos de curto prazo (Nota 30)	39.919.201	64.275.000
Juros por liquidar	2.732	
Impostos - RETGS (a)	1.111.388	1.561.960
Outros		240
	<u>41.033.321</u>	<u>65.837.200</u>

- a) Imposto do exercício apurado pelas empresas do grupo tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.
- b) Cessão de crédito relativos a adiantamentos efectuados pela Modelo Continente, SGPS, S.A. por conta da aquisição de marcas comerciais à sociedade Marcas MC zRt, pela aquisição por esta filial das referidas marcas comerciais (Nota 12).

O valor contabilístico registado nesta rubrica é equivalente ao seu justo valor.

11. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe da rubrica Outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Outras dívidas de terceiros	<u>2.709.977</u>	<u>2.679.180</u>
	<u>2.709.977</u>	<u>2.679.180</u>

A rubrica de Outros devedores apresenta o montante de, aproximadamente, 2.650.000 euros relativos a impostos que se encontram reclamados junto das autoridades fiscais, sendo entendimento do Conselho de Administração da Modelo Continente que o resultado da reclamação efectuada lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

12. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o detalhe da rubrica Outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado (Nota10)	-	75.002.041
Custos diferidos	59.591	53.728
Acréscimo proveitos	<u>3.462.277</u>	<u>3.024.378</u>
	<u>3.521.868</u>	<u>78.080.147</u>

A 31 de Dezembro de 2006, a rubrica acréscimos de proveitos discrimina-se da seguinte forma: (i) 3.392.085 euros (2.689.547 euros em 31 de Dezembro de 2005) referentes a juros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo; (ii) 70.192 euros (184.722 euros em 31 de Dezembro de 2005) referentes a juros de aplicações de curto prazo.

13. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Depósitos bancários	<u>50.033.177</u>	<u>450.008.364</u>
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>50.033.177</u>	<u>450.008.364</u>
Descobertos bancários (Nota 17)	<u>(2.594)</u>	<u>(293.292)</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>50.030.583</u>	<u>449.715.072</u>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. O valor de depósitos bancários inclui o valor de 50.000.000 euros de depósitos a prazo os quais podem ser imediatamente mobilizáveis, com maturidade, no início de Janeiro.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

14. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.100.000.000 acções ordinárias, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em Assembleia Geral de Accionistas realizada em 20 de Setembro de 2006 foi deliberado a perda de qualidade de sociedade aberta a qual foi posteriormente autorizada pela Comissão de Mercado de Valores Mobiliários em 22 de Setembro de 2006.

Em 16 de Outubro de 2006 a Sonae, SGPS, S.A. tornou público que nos termos do nº 3 do artigo 490º do Código das Sociedades Comerciais adquiriu naquela data a totalidade das acções representativas do capital social da Modelo Continente, SGPS, S.A., não detidas por suas filiais, tendo passado a dominar totalmente de forma directa e através de sociedade por si dominada a Modelo Continente, SGPS, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2006 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

<u>Entidade</u>	<u>%</u>
Sonae, SGPS, S.A.	74,98
Sonae Investments, B.V.	15,93
Acções próprias (Nota 15)	9,09

Em 31 de Dezembro de 2006, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,94% das acções representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A..

15. ACÇÕES PRÓPRIAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe das acções próprias era o seguinte:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Acções Próprias - valor nominal	100.000.000	-
Acções Próprias - descontos e prémios	105.000.000	-
	<u>205.000.000</u>	<u>-</u>

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 a empresa adquiriu 100.000.000 acções próprias, com um custo de 2,05 euros por acção, às empresas detentoras do seu capital, Sonae, SGPS, S.A. (52.800.000 acções) e Sonae Investments, B.V. (47.200.000 acções).

16. RESERVAS

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Reservas legais	90.200.000	90.200.000
Reservas nos termos do artº 324 CSC	205.000.000	
Reservas de justo valor	42.500	64.500
Outras reservas	700.494.202	1.192.521.914
	<u>995.736.702</u>	<u>1.282.786.414</u>

Em 31 de Dezembro de 2006, a Empresa apresentava 90.200.000 Euros relativos a reservas legais as quais, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não podem ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizadas para absorver prejuízos fiscais acumulados, depois de esgotadas as outras reservas ou incorporadas em capital

Em resultado da aquisição de acções próprias (Nota 15) a empresa tornou indisponível, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição de acções próprias. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas acções próprias para sociedade que não se encontre em relação de domínio ou de grupo.

17. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31.Dezembro.2006				31.Dezembro.2005			
	Valor Contabilístico		Valor nominal		Valor Contabilístico		Valor nominal	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários	161.400.000		161.400.000		161.011.020	1.400.000	161.304.312	2.800.000
Descobertos bancários (Nota 13)	2.594		2.594		293.292			
Empréstimos obrigacionistas		593.166.278		597.000.000		592.279.778		597.000.000
	161.402.594	593.166.278	161.402.594	597.000.000	161.304.312	593.679.778	161.304.312	599.800.000

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

Modelo Continente / 2003	82.000.000
Modelo Continente / 2004	100.000.000
Modelo Continente / 2005/2010	265.000.000
Modelo Continente / 2005/2012	150.000.000

Empréstimo por obrigações – MODELO CONTINENTE-2003

1.640.000 Obrigações – Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações – MODELO CONTINENTE-2004

10.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações – MODELO CONTINENTE-2005/2010

265 000 Obrigações – Valor Nominal: 1.000 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º ano de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Empréstimo por obrigações – MODELO CONTINENTE-2005/2012

15.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º, 13º cupões.

Empréstimos bancários:

A rubrica de Empréstimos bancários inclui a emissão de papel comercial por parte da Empresa no montante de 160.000.000 euros os quais vencem juros a taxas de mercado, bem como um empréstimo bancário reembolsável em 2007 no montante de 1.400.000 euros.

18. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica Outras dívidas a terceiros tinha o seguinte detalhe:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Outras dívidas a terceiros	11.165.157	37.701
	<u>11.165.157</u>	<u>37.701</u>

O montante registado na rubrica Outras dívidas de terceiros inclui 7.200.000 euros relativo à aquisição da sociedade Parcium Imobiliária, S.A. que serão liquidados em 7 prestações mensais com início a 31/01/2007.

19. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica Outros passivos correntes tinha o seguinte detalhe:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Acréscimo de Custos		
Remunerações a liquidar	536.706	666.609
Juros a liquidar	9.517.966	6.630.286
Responsabilidade por prémios de desempenho diferido	1.696.068	3.101.925
Outros	30.003	16.360
	<u>11.780.743</u>	<u>10.415.180</u>

A Empresa, em 2006 e em anos anteriores, concedeu aos seus colaboradores prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos, a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar em substituição de acções o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae, na data de vencimento. Estas responsabilidades são valorizadas nos termos da nota 2.6.

20. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de Dezembro de 2006 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Imparidade em investimentos	28.912.413		28.464.000	448.413

A diminuição registada corresponde fundamentalmente à anulação da perda por imparidade na sociedade Modelo Investimentos Brasil, S.A., por incorporação daquela filial na sociedade Sonae Capital Brasil, Lda. (Nota 26).

21. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2005
Garantias Prestadas:		
por processos fiscais em curso	22.595.842	19.065.102
	<u>22.595.842</u>	<u>19.065.102</u>

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

22. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O montante relativo a prestações de serviços corresponde a montantes facturados por serviços prestados a empresas do Grupo Modelo Continente em Portugal.

23. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2005
Recuperação de encargos (a)	1.802.394	3.557.254
Outros proveitos operacionais	141.656	293.276
	<u>1.944.050</u>	<u>3.850.530</u>

a) Proveitos relativos a custos assumidos por conta das participadas (Nota 24).

24. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2005
Impostos Indirectos	1.799.327	3.637.350
Serviços Bancários	104.853	
Outros	14.414	295.975
	<u>1.918.594</u>	<u>3.933.325</u>

O montante de impostos indirectos suportados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 corresponde, fundamentalmente, a custos com taxas para abertura de lojas de retalho os quais foram posteriormente redebitados às Empresas do Grupo que detêm a exploração dessas novas lojas (Nota 23).

25. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2006 e 2005 têm a seguinte decomposição:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Custos e perdas:		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	1.212.532	2.158.307
relativos a obrigações não convertíveis	22.558.762	10.897.693
outros	479.520	7.461.785
	<u>24.250.814</u>	<u>20.517.785</u>
Perdas na valorização de instrumentos derivados		6.094.660
Outros custos e perdas financeiras	1.334.018	1.031.853
	<u>25.584.832</u>	<u>27.644.298</u>
Resultados financeiros	<u>24.825.811</u>	<u>27.231.812</u>
	<u>50.410.643</u>	<u>54.876.110</u>
Proveitos e ganhos:		
Juros obtidos	50.233.287	53.030.363
Ganhos na valorização de instrumentos derivados	173.592	1.845.747
Outros proveitos e ganhos financeiros	3.764	
	<u>50.410.643</u>	<u>54.876.110</u>

A rubrica de Outros custos e perdas financeiras diz essencialmente respeito ao registo de custos com despesas de montagem dos empréstimos obrigacionistas.

26. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e de 2005 e nos quartos trimestres findos nessas datas o detalhe dos resultados relativos a investimentos era o seguinte:

	<u>2006</u>		<u>2005</u>	
	4º Trimestre	Acumulado	4º Trimestre	Acumulado
Dividendos		14.200.887	6.331	16.021.796
Ganhos em investimentos financeiros	-		23.191.097	23.196.297
Perdas em investimentos financeiros (Nota 4)	-	(24.750.954)	(293.307.339)	(293.307.339)
Perdas imparidade de investimentos	-		(28.442.000)	(28.442.000)
Reversão perdas imparidade de investimentos (Nota 20)	-	28.442.000		
	<u>-</u>	<u>17.891.933</u>	<u>(298.551.911)</u>	<u>(282.531.246)</u>

27. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2006 e 2005 são detalhados como segue:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Estimativa imposto	(2.189)	(2.400)
Excesso/ (Insuficiência) estimativa	(3.990.568)	(495.522)
Imposto corrente	<u>(3.992.757)</u>	<u>(497.922)</u>
Anulação imobilizado incorpóreo	(26.103)	(157.468)
Diferença entre amortizações económicas e amortizações fiscais	42.597	102.637
Instrumentos financeiros	(47.738)	1.168.451
Prejuízos fiscais (utilizados ao nível RETGS)	26.462.606	15.782.322
Outros	1.182.645	-
Imposto diferido	<u>27.614.007</u>	<u>16.895.942</u>
	<u>23.621.250</u>	<u>16.398.020</u>

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 é como se segue:

	<u>31.Dezembro.2006</u>	<u>31.Dezembro.2005</u>
Resultado antes de Imposto	56.714.705	(244.105.571)
Taxa de Imposto	27,50%	27,50%
	<u>15.596.544</u>	<u>(67.129.032)</u>
Utilização de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas	(37.812.931)	-
Não Constituição de Activos por Impostos Diferidos relativos a Prejuízos Fiscais	-	51.532.713
Perdas de Imparidade não aceites fiscalmente	(7.821.550)	7.821.550
Insuficiência/Excesso de estimativa de imposto	3.990.568	495.522
Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	4.916.177	(4.737.549)
Efeito de Dividendos não sujeitos a tributação	(3.905.244)	(4.405.994)
Outros	1.415.187	24.770
Imposto sobre o Rendimento	<u>(23.621.250)</u>	<u>(16.398.020)</u>

28. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31. Dezembro.2006</u>	<u>31. Dezembro.2005</u>
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	80.335.955	(227.707.550)
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>80.335.955</u>	<u>(227.707.550)</u>
Número de acções		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	1.089.315.068	1.100.000.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>1.089.315.068</u>	<u>1.100.000.000</u>
Resultado por acção (básico e diluído)	0,074	(0,21)

O número médio de acções foi calculado tendo em consideração a data de aquisição das 100.000.000 acções próprias ocorrido no final do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 não existem efeitos diluidores do número de acções em circulação.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 12 de Março de 2007.

O resultado líquido do exercício ascende a 80.335.955,37 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reserva legal	4.800.000,00
Reservas livres	535.955,37
Dividendos	75.000.000,00

30. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

Decreto-Lei nº 3318/94 art. 5º nº 4

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2006 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Contimobe – Imobiliária Castelo de Paiva, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
OK Bazar – Comércio Geral, S.A.
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
Soflorin, B.V.
Sonae Retalho Espanha, S.A.
Sonvecap, B.V.
Sportzone – Comércio e Artigos de Desporto, S.A.
Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2006 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Carnes do Continente – Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
Contimobe – Imobiliária Castelo de Paiva, S.A.
Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.
Equador & Mendes – Agência de Viagens e Turismo, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Fozmassimo – Comércio e Indústria de Produtos Alimentares, S.A.
Global S – Hipermercados, S.A.
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
Infofield – Informática, S.A.
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Modelo Com – Vendas por Correspondência, S.A.
Modelo Continente – Operações de Retalho, SGPS, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Modelo Hiper – Imobiliária, S.A.
Modelo, SGPS, S.A.
Modis – Distribuição Centralizada, S.A.
Nova Equador Internacional – Agência de Viagens e Turismo, Lda.
OK Bazar – Comércio Geral, S.A.
Parcium Imobiliária, S.A.
Peixes do Continente – Indústria de Peixes, S.A.
Selifa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.

Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
 Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Soflorin, B.V.
 Sonae, SGPS, S.A.
 Sportzone – Comércio e Artigos de Desporto, S.A.
 SRE – Projectos e Consultoria, S.A.
 Star – Agência de Viagens e Turismo, S.A.
 Todos os Dias – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comerciais, S.A.
 Worten – Equipamentos para o Lar, S.A.

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 são as seguintes:

Empréstimos concedidos a Curto e Médio e Longo Prazo (Notas 7 e 10):

EMPRESAS	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2005
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.	172.000	133.000
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A.	35.000.000	-
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	2.050.000	2.166.000
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.	654.000	698.000
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.	19.763.401	19.815.965
Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A.	4.175.897	4.158.897
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.	357.000	407.000
Modelo, SGPS, S.A.	575.286.000	580.022.100
Modelo Com. - Vendas pro Correspondência, S.A.	-	3.266.998
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	225.418.500	94.227.000
Ok Bazar - Comércio Geral, S.A.	10.044.000	12.859.000
Parcium Imobiliária, S.A.	41.259.000	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A.	11.219.000	11.113.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	93.000	28.000
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.	50.169.000	49.592.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A.	39.281.000	32.773.000
Soflorin, B.V.	38.157.330	202.265.330
Sonae Retalho Espanha, S.A.	60.001	466.002
Sonvenca, B.V.	158.701.000	-
Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A.	3.411.000	6.530.000
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A.	1.027.000	1.125.000
Worten - Equipamentos para o Lar, S.A.	20.472.609	47.907.000
	1.236.770.738	1.069.553.292

Estes montantes encontram-se registados de acordo com a sua maturidade nas rubricas do activo corrente (Nota 10) e não corrente (Nota 7).

As respectivas posições devedoras relativas aos contratos mencionados à data de 31 de Dezembro de 2006 e 2005 eram como se segue:

Empréstimos Obtidos a Curto Prazo (Nota 10):

EMPRESAS	31.Dezembro.2006	31.Dezembro.2005
Infocfield - Informática, S.A.	-	(571.000)
Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.	(1.878.000)	-
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A.	(194.201)	(4.590.000)
Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A.	(35.615.000)	(52.523.000)
Modelo Hiper - Imobiliária, S.A.	(2.040.000)	(2.193.000)
Sonvenca, B.V.	-	(3.790.000)
SRE - Projectos de Consultoria, S.A.	(192.000)	(608.000)
	(39.919.201)	(64.275.000)

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15 de Fevereiro de 2007 foi aprovado pelos Conselhos de Administração das empresas Modelo Continente, SGPS, S.A., Modelo, SGPS, S.A. e Parcium Imobiliária, S.A. um projecto de fusão pelo qual as sociedades Modelo SGPS, S.A. e Parcium Imobiliária, S.A. são incorporadas na Sociedade Modelo Continente, SGPS, S.A., sendo atribuídas as acções próprias detidas pela Sociedade à sua subsidiária Soflorin, B.V., tendo o mesmo sido registado na Conservatória do Registo Comercial da Maia a 22 de Fevereiro de 2007.

Matosinhos, 12 de Março de 2007

ORGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Engº Belmiro Mendes de Azevedo – Presidente
Dr. Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão
Engº Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
Engº Álvaro Carmona e Costa Portela
Engº Duarte Paulo Teixeira de Azevedo

FISCAL ÚNICO

Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada pelo
Dr. António Marques Dias – Revisor Oficial de Contas

FISCAL SUPLENTE

Dr. António Manuel Martins Amaral – Revisor Oficial de Contas

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Dr. Carlos Manuel Teixeira Osório de Castro – Presidente
Dra. Alice de Assunção Castanho Amado – Vice – Presidente
Dr. António Manuel Ramos de Oliveira – Secretário

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Sonae, SGPS, S.A. representada pelo
Prof. Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino
Engº Bruno Walter Lehmann

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Dra. Alice de Assunção Castanho Amado – Secretária
Dra. Júlia Maria Moreira da Silva Santos – Secretária Suplente

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. ("Empresa"), as quais compreendem os balanços consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2006 (que evidenciam um total de 2.443.226.286 Euros e 2.793.750.587 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 756.039.463 Euros e 1.971.072.657 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 158.079.602 Euros e um resultado líquido individual de 80.335.955 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311

Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2006, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 12 de Março de 2007



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas da
Modelo Continente, S.G.P.S., S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas e individuais da Modelo Continente, S.G.P.S., S.A., relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da Empresa e suas principais participadas, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa e ainda dos órgãos sociais e serviços das principais empresas participadas todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos os Balanços consolidados e individuais em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações consolidadas e individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos. Adicionalmente procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria.

Face ao exposto, somos da opinião que, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais supra referidas e o Relatório de Gestão bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos manifestar ao Conselho de Administração e aos diversos serviços da Empresa e ainda aos órgãos sociais e serviços das empresas participadas o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 12 de Março de 2007



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Marques Dias

A expressão Deloitte refere-se a uma ou várias sociedades que operam ao abrigo de um acordo com a Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, bem como às suas respectivas representadas e afiliadas. Deloitte Touche Tohmatsu é uma associação mundial de sociedades dedicadas à prestação de serviços profissionais de excelência, concentradas no serviço ao cliente sob uma estratégia global, aplicada localmente em, aproximadamente, 150 países. Como Swiss Verein (associação), nem a Deloitte Touche Tohmatsu nem qualquer das suas sociedades membro assumem qualquer responsabilidade isolada ou solidária pelos actos ou omissões de qualquer das outras sociedades membro. Cada uma das sociedades membro é uma entidade legal e separada que opera sob a marca "Deloitte", "Deloitte & Touche", "Deloitte Touche Tohmatsu" ou outros nomes relacionados.

Capital Social: 500.000,00 euros - Matricula na CRC de Lisboa e NIPC 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa
Tel: +(351) 210 427 500 Fax: +(351) 210 427 950 - www.deloitte.com/pt

• Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto - Tel +(351) 225 439 200 - Fax +(351) 225 439 650

Member of
Deloitte Touche Tohmatsu

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S. S.A.

Sede: Rua João Mendonça, n.º. 529- Senhora da Hora
4460 Matosinhos

MODELO CONTINENTE, S.G.P.S., S.A.

Sede: Rua João Mendonça, n.º. 529-Senhora da Hora - Matosinhos

Capital Social: 1 100 000 000 Euros

Pessoa Colectiva/Matrícula na Conservatória do Registo Comercial do Porto: 501 532 927

EXTRACTO DA ACTA NÚMERO QUARENTA E DOIS, DA ASSEMBLEIA GERAL ANUAL
REALIZADA EM 2 DE MAIO DE 2007, RELATIVO À APROVAÇÃO DE CONTAS E APLICAÇÃO DE
RESULTADOS: _____

1 - Foi aprovada por unanimidade, a seguinte proposta apresentada pelo Conselho de
Administração: _____

_____ "PROPOSTA" _____

Propõe-se a aprovação do Relatório de Gestão e Contas, individuais e consolidadas, do exercício de
dois mil e seis, tal como apresentados". _____

2 - Foi aprovada por unanimidade, a seguinte proposta apresentada pelo Conselho de
Administração: _____

_____ "PROPOSTA" _____

O resultado líquido do exercício ascende a oitenta milhões trezentos e trinta e cinco mil novecentos e
cinquenta e cinco euros e trinta e sete cêntimos, relativamente ao qual o Conselho de Administração
propõe a seguinte distribuição: _____

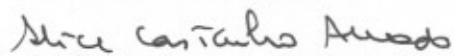
Reserva Legal: quatro milhões e oitocentos mil euros; _____

Reservas Livres: quinhentos e trinta e cinco mil novecentos e cinquenta e cinco euros e trinta e sete
cêntimos; _____

Dividendos: setenta e cinco milhões de euros". _____

Matosinhos, 2 de Maio de 2007. _____

A Secretária da Sociedade:


(Dr.ª. Alice da Assunção Castanho Amado)